

“Um verdadeiro estado de guerra”

‘Nenhuma burocracia

vai impedir o socorro

ao RS’, declara Lula

Ricardo Stuckert - PR

Já são 83 mortos, 111 desaparecidos e mais de 100 mil desabrigados

O presidente Lula, reunido com toda a comitiva de representantes dos Três Poderes, em Porto Alegre, na reunião de trabalho de socorro ao RS, realizada no domingo (5), afirmou que todas as verbas necessárias para a reconstrução do RS estão

garantidas e prometeu reduzir a burocracia para as obras. O presidente disse que nunca viu um estrago tão grande como o que ocorreu no Estado. Na reunião com o presidente estavam 13 ministros, os presidentes do Senado e Câmara, do TCU, do STF e o comandante do Exército. **Páginas 3 e 4**



O presidente Lula verifica a gravidade da situação no Estado do Rio Grande do Sul, atingido por fortes chuvas

HORA DO POVO

ANO XXXIV - Nº 3.952 8 a 14 de Maio de 2024



Valter Campanato - ABR



Paulo Pimenta: “Não vai ter limite orçamentário para ajudar o RS”

Em entrevista à TV Brasil, na sexta-feira (3) o ministro Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta, afirmou que o presidente Lula determinou que não haja limites para a ajuda aos gaúchos. “Não vai ter limite orçamentário para ajudar o RS”, destacou. **Página 3**

Indústria lança manifesto pela exploração da Margem Equatorial



As federações das indústrias dos Estados do Norte e Nordeste lançaram na quinta-feira (3) um manifesto em defesa da exploração de petróleo na Margem Equatorial, que se estende pela costa brasileira, entre os Estados do Amapá e Rio Grande do Norte, com grande potencial de petróleo e gás a serem explorados. Segundo o manifesto, a descoberta desponta como uma oportunidade “de explorar um recurso que pode melhorar significativamente a qualidade de vida da população brasileira”. **Página 2**

Com greve em 46 instituições, servidor quer reajuste de 3,5%

Conforme as entidades da Educação, a categoria continuará mobilizada e exige nova negociação com o governo, que manteve proposta de reajuste zero. **P. 5**

‘Pré-sal virou fonte de renda para o sistema financeiro’, denuncia Siqueira

O pré-sal “virou uma fonte de recursos e fonte de renda do sistema financeiro internacional”, denuncia o vice-presidente da Aepet, Fernando Siqueira. **P. 2**

Israel bombardeia Rafah e amplia genocídio em Gaza

O governo israelense intensificou o bombardeio sobre a população civil de Rafah, na Faixa de Gaza, ampliando o assassinato de civis palestinos.

Grossas colunas de fumaça se formaram sobre a cidade, no dia 6, como resultado das bombas. O grupo Hamas aceitou a proposta de cessar-fogo

feita pelo Egito e Catar, mas Netanyahu rejeitou parar com o morticínio. Enquanto isso, Israel passou a concentrar blindados no Leste de Rafah,

sinalizando uma iminente invasão, o que para diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, levaria a um “banho de sangue” ainda mais radical. **Pág. 7**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Centrais fazem 1º de Maio com Lula pelo desenvolvimento

BC inventa "pleno emprego" para chantagear por juros altos

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, se reúne com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nesta quinta-feira (2), para discutir as mais recentes "pressões inflacionárias". A última invenção do chefe do BC é o "pleno emprego". O encontro está agendado para ocorrer entre 14h e 15h no gabinete do Ministério da Fazenda, na capital paulista.

Depois que falharam os outros "motivos" fabricados pelo presidente do BC para seguir com juros altos, Campos Neto vai agora "alertar" o ministro da Fazenda para um novo "perigo", o do "pleno emprego". Ele alega que isto está pressionando a inflação. Quer manter as taxas de juros mais altas do mundo porque, segundo ele, o mercado de trabalho do Brasil está "aquecido".

"Quando as empresas não conseguem contratar e têm que começar a subir o salário para o mesmo nível de produção, significa que você está iniciando um processo inflacionário", disse Campos Neto, falseando os dados do IBGE e admitindo que seu objetivo central e verdadeiro é manter o país estagnado e com altos níveis de desemprego.

Além de deixar claro que seu plano é frear o crescimento e demitir pessoas, o presidente do BC mente ao inventar que estaria havendo um suposto "pleno emprego" que poderá, segundo ele, "trazer de volta a inflação".

São, na verdade, duas mentiras. A primeira é que qualquer desenvolvimento é inflacionário. É evidente que isso é uma mentira para beneficiar o setor rentista da sociedade. O país cresceu, por exemplo, a 7,5% em 2010 e a inflação não incomodava. O rentismo inventa esses "dogmas inflacionários" porque precisa desviar os recursos da produção para a especulação.

Como disse Lula recentemente, o presidente do BC tem que parar de achar que investimentos são "gastos" e que provocam inflação. O presidente disse que tem que parar de pensar só em superávit primário.

E a segunda mentira de Campos Neto é de que estaria havendo uma situação de pleno emprego no país. Não é verdade. As análises apresentadas pelo presidente do Banco Central sobre o desemprego são uma farsa. O IBGE acaba de informar que a taxa de desemprego no Brasil subiu de 7,4% no trimestre terminado em dezembro para 7,9% no trimestre terminado em março. Este resultado aponta que 8,6 milhões de brasileiros ainda estão desempregados. Portanto, não há pleno emprego nenhum.

Além disso, os trabalhadores sem carteira assinada no setor privado são 13,4 milhões enquanto 20,7 milhões de pessoas estão na chamada subutilização da força de trabalho. Ao todo, são 38,9 milhões de brasileiros no país na informalidade do trabalho. Este falseamento da realidade por parte do BC, de que estaria havendo "pleno emprego", não passa de mais um pretexto para segurar a queda dos juros nas vésperas de mais uma reunião do Copom (Conselho de Política Monetária) do Banco Central.

O Banco Central "independente" age desta forma porque seu objetivo central é garantir juros altos e os lucros dos banqueiros e o arrocho fiscal sobre a sociedade. Ele faz isso para garantir o régio pagamento dos R\$ 740 bilhões anuais aos banqueiros.

Cada hora é inventado um pretexto para que os juros subam ou não caiam como deviam. Primeiro foi uma suposta "demanda aquecida", que em nenhum momento se confirmou. A inflação tinha subido por conta dos lucros exacerbados do setor petrolífero e de alimentos. Depois ameaçaram com a elevação do juro americano. Também não colou. Vieram as guerras, o dólar. Cada hora é um motivo. Agora é a vez do falso "pleno emprego". A taxa de juros tem que cair porque a economia e a produção estão sendo asfixiadas.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

SUCURSALIS:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yaho.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Indústrias lançam manifesto pela exploração na Margem Equatorial

Foto: Divulgação/Petrobrás



Navio-sonda da Petrobrás que está perfurando o poço Pitu Oeste, na Bacia Potiguar

"Pré-sal virou fonte de renda para o sistema financeiro internacional", denuncia Siqueira

"O pré-sal, que nós consideramos que era a maior chance do Brasil sair da condição de eterno país do futuro, virou uma fonte de recursos e fonte de renda do sistema financeiro internacional", afirma o vice-presidente da Aepet

O vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Fernando Siqueira, afirmou, em entrevista à TV da entidade, que o pré-sal virou fonte de renda do sistema financeiro internacional. "No governo Temer foi emitida uma Medida Provisória, a MP 795, que se transformou na Lei 13.586/2017 que, segundo o Paulo César Lima, ex-assessor funcionário da Petrobrás e ex-consultor da Câmara e do Senado, deu uma isenção de um trilhão de reais em dez anos para as petroleiras", denunciou Siqueira.

O diretor da Aepet acrescentou que quando se votou a lei de partilha, "o relator, ex-senador Romero Jucá, que foi relator em todos os governos e fazia o jogo do sistema financeiro, colocou os artigos II, X e XV da lei, com a emenda que diz que o royalty pago será ressarcido em petróleo". "E a lei do royalty, a 12.734, tinha uma emenda condenando a emenda Jucá. Mas a Agência Nacional do Petróleo (ANP)

não considera essa lei e usa a lei de partilha que mantém a emenda Jucá, que havia sido anulada pela nova lei", denunciou Fernando.

Confira a entrevista no site: <https://horadopovo.com.br/pre-sal-vice-presidente-da-aepet/>



Fernando Siqueira, vice-presidente, em entrevista à TV Aepet

Mais uma empresa de defesa desnacionalizada: Condor é vendida aos Emirados Árabes

Fundada em 85, líder mundial na fabricação de produtos de defesa, recebeu o certificado de "Empresa Estratégica" em 2012, pelo Ministério da Defesa

O Grupo Edge, estatal do setor de defesa dos Emirados Árabes, formalizou na terça-feira (30) a compra de 51% da Condor Tecnologias Não Letais, empresa 100% brasileira, sediada no Rio de Janeiro. Fundada em 31 de dezembro de 1985, a Condor é líder mundial na fabricação de produtos de defesa, como equipamentos, munições e pirotécnicos de alta tecnologia, para emprego em sinalização, salvamento e resgate.

São mais de 120 produtos no portfólio, todos homologados pelo Exército Brasileiro, Marinha e Aeronáutica, como munições de borracha, granadas de fumaça, sprays e câmeras corporais com reconhecimento facial. É a principal produtora mundial de gás lacrimogêneo e produtos relacionados para cenários militares, de defesa civil, militares e de segurança pública.

A Condor recebeu o certificado de "Empresa Estratégica de Defesa" em 2012, pelo Ministério da Defesa.

SIATT

Foi a segunda empresa no setor de defesa adquirida pela estatal dos Emirados Árabes. No ano passado a Edge comprou metade da SIATT (Sistemas Integrados de Alto Teor Tecnológico), empresa nacional fabricante de mísseis. Após a compra, imediatamente foi incorporado ao seu portfólio o



Foto: Condor/Divulgação

MANSUP, míssil naval de 5ª geração, desenvolvido com recursos públicos brasileiros e tecnologia 100% nacional.

O grupo Edge abriu o primeiro escritório para América Latina, em Brasília, no ano passado, chefiado por Marcos Degaut, que foi secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa do governo Bolsonaro. Em maio de 2022, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, participou de uma reunião com representantes do grupo Edge em Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos.

Carlos Erane de Aguiar, fundador e presidente da Condor e presidente do Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa, declarou que a parceria com o grupo Edge vai impulsionar o

mercado de armas não letais, estimado em US\$ 6 bilhões em 2023. As empresas esperam expandir a participação em novos mercados "estrategicamente importantes, como os Estados Unidos".

Atualmente, o Brasil investe cerca de 1,2% do seu PIB em defesa. O número é considerado baixo por especialistas da área. Há um entendimento predominante, quando se fala da Indústria de Defesa, que nessa área não há transferência de tecnologia, especialmente aquela de ponta.

Com a iminente compra da Avibras por capitais australianos, da SIATT, pelo mesmo grupo Edge, que compra agora a Condor, ao que parece, nossas autoridades de Brasília estão relativizando esse aprendizado.

"Essa descoberta desponta como uma oportunidade de consolidar a posição econômica do Brasil no cenário internacional, além de explorar um recurso que pode melhorar significativamente a qualidade de vida da população brasileira, afirmam federações da indústria do Norte e Nordeste

As federações das indústrias dos estados do Norte e Nordeste lançaram na quinta-feira (3) um manifesto em defesa da exploração de petróleo na Margem Equatorial, que se estende pela costa brasileira, entre os estados do Amapá e Rio Grande do Norte, com grande potencial de petróleo e gás a serem explorados.

A Ação Pró-Amazônia - formada pelas Federações das Indústrias dos Estados da Amazônia Legal - Acre (FIEAC), Amapá (FIEAP), Amazonas (FIEAM), Maranhão (FIE-MA), Mato Grosso (FIE-MT), Pará (FIEPA), Rondônia (FIE-RO), Roraima (FIER) e Tocantins (FIETO) - e a Associação Nordeste Forte, que congrega as Federações das Indústrias dos Estados do Ceará (FIEC), Maranhão (FIEMA), Piauí (FIEPI) e Rio Grande do Norte (FIERN), afirmam que estão unidas "na defesa de que é necessário explorar de forma planejada, consciente e responsável esta riqueza".

"Se o Brasil começar a explorar de um bloco por Estado na Margem Equatorial, com capacidade para produzir 100 mil barris por dia, poderá gerar um acréscimo de R\$ 65 bilhões no PIB, R\$ 3,87 bilhões em tributos indiretos, R\$ 4,32 bilhões em royalties e mais de 326 mil empregos formais", argumentam as federações no documento, com base em estudos da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

"Por outro lado, o Ministério de Minas e Energia estima que o Brasil deixará de arrecadar R\$ 3,7 trilhões até 2055 se não explorar novos campos de petróleo. Nós vamos permitir isso", afirmam as entidades no documento.

As federações afirmam que a descoberta petrolífera "desponta como uma oportunidade de consolidar a posição econômica do Brasil no cenário internacional, além de explorar um recurso que pode melhorar significativamente a qualidade de vida da população brasileira, especialmente a das regiões Norte e Nordeste, que são historicamente negligenciadas pelas autoridades", diz outro trecho do manifesto.

"Além de garantir a soberania e autonomia energética do Brasil", ressaltam as entidades do Norte e Nordeste. "A riqueza proveniente desses recursos poderá financiar a nossa tão sonhada transição energética para fontes limpas e renováveis de energia".

"Nossa convicção de que é possível conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação da natureza e o respeito aos direitos humanos", defendem as entidades.

"Em um momento em que o Brasil enfrenta desafios econômicos e sociais gigantescos, não podemos nos dar ao luxo de ignorar essa possibilidade. Países vizinhos como Guiana,

Guiana Francesa e Suriname iniciaram estudos semelhantes na década passada e hoje colhem os frutos desse investimento, com a Guiana destacando-se como o país que mais cresceu no mundo em 2023, com um aumento de 38% em sua economia, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa pode ser a realidade brasileira em um futuro não muito distante, caso a gente se utilizar as potencialidades de nosso país", ressaltam.

No ano passado, cedendo às pressões de organizações internacionais, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) barrou o pedido da Petrobrás de realizar pesquisas no chamado bloco FZA-M-59, localizado no litoral do Amapá, a 500 km da foz do rio Amazonas e a 2.800 metros de profundidade, mas que tem o maior potencial entre 42 blocos.

Em novembro de 2023, o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, declarou que o órgão ambiental poderia dar início neste ano uma resposta sobre os estudos na bacia da Foz do Amazonas.

"Ainda estamos analisando, não tem ainda uma conclusão. A equipe concluiu agora vários processos de licenciamento, a maior parte deles da Petrobrás", disse na época Agostinho à imprensa. "Provavelmente, no começo do ano, a gente tem alguma resposta relacionada a este pedido específico", completou.

A Petrobrás, que até agora aguarda a liberação pelo Ibama para realizar seus estudos no bloco FZA-M-59, já realiza pesquisas em dois blocos na bacia Potiguar, autorizados em setembro pelo IBAMA.

Para o presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, há urgência na exploração da Margem Equatorial brasileira, já que as reservas de petróleo atuais tendem a exaurir num período entre 13 e 16 anos.

"Já estamos atrasados. Foram mais de 60 poços perfurados na Guiana para achar o petróleo que eles têm hoje", disse Prates, no "Seminário Brasil Hoje 2024", realizado pelo grupo Esfera Brasil, em São Paulo, no dia 22 de abril. "Não é um trabalho de que perfurou, achou e amanhã está produzindo. Fura para achar o petróleo e depois faz o licenciamento das instalações de produção, que essas, sim, vão extrair petróleo. São uns 6 a 8 anos para começar a produzir", explicou.

Segundo Prates, o governo brasileiro só terá duas opções nesta pauta: "Ou o Brasil vai para a Margem Equatorial e a bacia de Pelotas, que são as fronteiras que sobram e são promissoras. Ou se submete à situação de voltar gradualmente a importar petróleo, seja da Guiana, Suriname, dos países do oeste da África".

Venda de máquinas cai 21,3% no 1º trimestre, aponta Abimaq

As vendas da indústria de máquinas e equipamentos caíram 21,3% no primeiro trimestre deste ano, na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo divulgou a Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos).

No período, a receita líquida total foi de R\$ 56,6 bilhões. Os piores desempenhos foram nos segmentos agrícola, com queda de 35%, e da indústria de transformação, com redução de 6%.

A queda no faturamento ocorreu no mercado interno e nas exportações. Apenas nas importações, o indicador ficou positivo, de acordo com os dados apresentados no dia 30 de abril, durante a Feira Agrishow.

O consumo aparente (vendas domésticas mais as importações) recuou 14,5%

entre janeiro e março, somando R\$ 77,8 bilhões, refletindo a queda nos investimentos e os juros elevados inibindo o crédito.

As importações somaram US\$ 6,9 bilhões no primeiro trimestre, alta de 6,1% na comparação anual. Os segmentos que mais importaram foram de fabricação de bens de consumo não duráveis e semiduráveis com alta de 21,5% nas compras externas.

No mês de março, o faturamento do setor alcançou R\$ 20.618 milhões, uma queda de 27,1% sobre o mesmo mês do ano passado.

A ocupação da capacidade instalada encerrou o mês de março em 74,5%, abaixo do mesmo mês do ano passado (77,8%). No mês, o número de trabalhadores recuou para 388,2 mil vagas, uma queda de 1,2% frente a março de 2023.



Joédson Alves/Agência Brasil

Ministro da Secretaria de Comunicação Paulo Pimenta: “não terá limite orçamentário para ajudar o RS”

Em entrevista à TV Brasil, na sexta-feira (3) o ministro Secretário de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta, afirmou que o presidente Lula determinou que não haja limites para a ajuda aos gaúchos. “Não vai ter limite orçamentário para ajudar o RS”, destacou.

“Não haverá limite orçamentário para que a gente possa dar o apoio necessário para construir cada casa, cada estrada, cada ponte, cada escola, cada unidade de saúde, devolver a dignidade e as condições de trabalho e de segurança para nosso povo”, acrescentou o ministro, acompanhado pelo ministro ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes.

O governo federal montou de um escritório permanente em Porto Alegre para acompanhar as operações de socorro ao estado, que vive a maior tragédia de sua história por causa das fortes chuvas. Pimenta informou que o escritório funcionará até que todas as pessoas sejam resgatadas. Centenas de famílias estão ilhadas em diversas áreas do estado com difícil acesso em razão do alto volume dos rios e o mau tempo e 68 pessoas estão desaparecidas. Mais de 8 mil pessoas já foram resgatadas.

O governo federal já disponibilizou embarcações para os resgates, caminhões, retroescavadeiras para desobstrução das vias. Antenas serão enviadas para o restabelecimento da comunicação e internet. O Ministério da Justiça autorizou a ida de 100 agentes da Força Nacional para apoiar as operações no estado.

O Rio Guaíba, em Porto Alegre, atingiu no sábado (4) a marca de 5,02 metros. O registro ocorre poucas horas depois da maior cheia do lago na história da Capital, passando a marca de 4,76 metros, que foi registrada no ano de 1941.

Com informações da Agência Brasil

Lula: “nenhuma burocracia impedirá o socorro ao RS”



Reprodução

Presidente em reunião de trabalho com o governador Eduardo Leite e ministros

Brasil diz a suíços que só vai à cúpula sobre guerra na Ucrânia se Rússia estiver presente

O governo da Suíça está tentando atrair o Brasil para uma cúpula sobre o conflito na Ucrânia sem a presença da Rússia.

O evento organizado pelos EUA e seus satélites ocorrerá nos dias 15 e 16 de junho, nos arredores da cidade de Lucerna, na Suíça. O Itamaraty respondeu o convite dos suíços afirmando que só participa em cúpulas que envolvam os dois lados.

A iniciativa da Suíça para envolver o Brasil na cúpula foi anunciada durante a visita do chanceler Mauro Vieira ao país europeu.

A Suíça é um país que abandonou sua tradicional neutralidade em relação ao conflito e se somou aos agressores europeus e aos EUA. O Brasil expressou que só aceitaria participar das

discussões se a Rússia também estivesse presente.

O governo brasileiro defende a participação russa em qualquer iniciativa internacional que vise debater a paz e que envolva negociações com Kiev. Na visão da diplomacia brasileira, é essencial que ambos os lados envolvidos estejam presentes nas discussões para que se possa avançar rumo a uma resolução pacífica.

No campo de batalha as forças russas estão na ofensiva contra o regime nazi-ucraniano, mesmo com todo o apoio do bloco imperialista.

Recentemente o assessor especial da presidência da República, Celso Amorim, viajou à Rússia para participar de uma conferência internacional sobre segurança, promovida

pelo Kremlin. Em Moscou, Amorim realizou uma série de reuniões bilaterais. Entre os encontros de Amorim estavam agendas com o chanceler da Rússia, Sergey Lavrov, e com o Secretário do Conselho de Segurança Russo, Nikolai Patrushev.

Segundo fontes da diplomacia brasileira, os encontros trataram, sobretudo, sobre a guerra entre Rússia e Ucrânia. “A conversa aconteceu porque se busca a possibilidade de construção de uma paz possível”, contou um representante do Planalto.

Durante o evento sobre segurança, Celso Amorim também discutiu outros temas da agenda internacional, como a interação entre os países na ONU e no BRICS.

Bloqueio de verbas da Marinha leva a demissões na empresa construtora de submarinos, a ICN

Mesmo após a solenidade de lançamento de um submarino ao mar recentemente, onde o presidente Lula anunciou investimentos no desenvolvimento dos projetos de defesa, a área econômica do governo anunciou cortes de verbas destinadas aos projetos do Ministério da Defesa que atingiram R\$ 466,8 milhões. Quase metade desse valor atingiu a Marinha, que perdeu R\$ 199,9 milhões. O impacto do corte será totalmente absorvido pelo Prosub (Programa de Desenvolvimento de Submarinos).

As perdas da Marinha se deram em dois cortes. O primeiro ocorreu em março. Ele foi de R\$ 168 milhões e atingiu todos os setores da Marinha. Logo depois, veio a decisão da Junta de Execução Orçamentária (JEO) do governo de bloquear R\$ 446 milhões das despesas discricionárias do Ministério da Defesa. Destes, mais R\$ 199,9 milhões foram da Marinha.

Em audiência na Câmara dos Deputados, no dia 18 de abril, o comandante, almirante Marcos Sampaio Olsen, destacou que o baixo investimento do Brasil na Força tem “impacto relevante no exercício da soberania e na defesa dos interesses da sociedade”. “Nos somos o 9º PIB no mundo, a 9ª economia, e a 25ª Marinha. Me surpreende ver a Rússia com 11º PIB sustentando um conflito há 2 anos e meio e mantendo todos os programas estratégicos

que tem, seja no espaço, seja no Ártico ou na pesquisa”, acrescentou.

Do total de cortes, R\$ 168,9 milhões são de recursos para custeio (14,2%), aquele que paga, por exemplo, as contas de água e de luz, e R\$ 297,9 milhões reservados para investimento (12,5%). A Força Naval teve bloqueados 83% dos recursos destinados justamente ao Prosub, o programa estratégico de desenvolvimento de submarinos da Marinha. Como resultado dos cortes e bloqueios de verba do programa, a Itaguai Construções Navais (ICN) anunciou a demissão de 200 trabalhadores engajados na construção dos submarinos.

O colunista do Estadão, Marcelo Godoy, informou que recebeu da Marinha uma nota lamentando os cortes e comentando as demissões: “Especialmente considerando tratar-se de trabalhadores qualificados no âmbito do Prosub. A redução da mão de obra qualificada do estaleiro construtor traz impacto nos prazos e custos dos submarinos convencionais em construção, bem como na construção do primeiro submarino nuclear convencionalmente armado do Brasil”, diz o documento.

A decisão dos cortes foi tomada pela Junta de Execução Orçamentária (JEO) do governo. Este é um colegiado que reúne quatro ministérios – Fazenda, Planejamento, Gestão e Inovação e Casa Civil. Ele toma suas decisões

a partir de informações recebidas dos ministérios em razão das projeções feitas pela Secretaria de Política Econômica, da Fazenda. O decreto com o bloqueio dos recursos, assinado por Lula e pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento), foi publicado no dia 28 de março, antes, portanto, da solenidade de lançamento do submarino que contou com a presença de Lula.

O almirante Olsen afirmou ao mesmo colunista do Estadão que “a imprevisibilidade orçamentária impacta na capacidade de resposta que a Base Industrial de Defesa (BID) precisa ter frente aos desafios de programas estratégicos como o Prosub, que são implementados a longo prazo e envolvem tecnologias na fronteira do conhecimento”. “Essa imprevisibilidade gera prejuízos de ordem econômica e para o planejamento da Força Naval”, acrescentou. Olsen destacou que o atraso significativo nas entregas dos programas estratégicos pode fazer com que os meios, planejados com itens no estado da arte, sejam entregues com certo grau de obsolescência.

Em recente entrevista ao programa Canal Livre, o almirante Olsen mostrou preocupação de que o projeto do submarino nuclear não seja interrompido. “O submarino nuclear brasileiro será lançado ao mar em 2034. O projeto é brasileiro. A autoridade de projeto é brasileira”.

Reunião de trabalho para o socorro foi feita no domingo (5) e contou com a presença do presidente, 13 ministros, presidentes do Senado e da Câmara, do TCU, do Supremo e do comandante do Exército

Reunido com toda a comitiva de representantes dos Três Poderes, em Porto Alegre, o presidente Lula afirmou, na reunião de trabalho de socorro ao RS, realizada no domingo (5), que todas as verbas necessárias para a reconstrução do RS estão garantidas e prometeu reduzir a burocracia para as obras. O presidente disse que nunca viu um estrago tão grande como o que ocorreu no estado.

Lula fez a reunião após comandar um encontro de autoridades federais com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite; o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo; e outros prefeitos gaúchos. Antes da reunião, a comitiva tinha sobrevoado a região metropolitana de Porto Alegre, onde acompanharam os estragos da subida do Lago Guaíba.

Essa é a segunda viagem de Lula ao Rio Grande do Sul desde o início das enchentes. Na quinta-feira (2), o presidente foi a Santa Maria, região central do estado, acompanhar os trabalhos de resgate e socorro às vítimas.

“Eu sei que o estado tem uma situação financeira difícil, sei que tem muitas estradas com problema. Quero dizer que o governo federal através do Ministério dos Transportes vai ajudar vocês a recuperarem as estradas estaduais”, afirmou Lula em pronunciamento após sobrevoar a região metropolitana de Porto Alegre, acompanhado do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira; do Senado, Rodrigo Pacheco; e do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF).

“É preciso a gente ter uma combinação perfeita entre Governo Federal, Legislativo, Tribunal de Contas, Ministério Público, porque cada centavo que for colocado para combater uma coisa dessas tem que ser aplicado naquilo que foi planejado”, destacou Lula, após um sobrevoo sobre a região de Canoas, uma das mais afetadas, e sobre Porto Alegre.

Ao se dirigir a Eduardo Leite, o presidente afirmou que o Governo Federal apoiará a reconstrução e recuperação de estradas gaúchas, e não apenas no âmbito das rodovias federais. “Eu sei que tem muitas estradas estaduais que estão com problema. Eu quero te dizer que não fique preocupado, porque o Governo Federal, por meio do Ministério do Transporte, vai ajudar você a recuperar também as estradas estaduais”, assegurou Lula, ciente do desafio financeiro do estado num contexto em que há 336 municípios afetados diretamente (67,6% dos 497 do Rio Grande do Sul).

“Não haverá impedimento da burocracia para que a gente recupere a grandeza deste estado”, destacou Lula, que também pediu que as autoridades públicas, de agora em diante, atuem de maneira preventiva para reduzir o impacto de eventos climáticos extremos. “É preciso que a gente pare de correr atrás da desgraça. É preciso que a gente veja com antecedência o que pode acontecer de desgraça para gente poder trabalhar”, acrescentou.

Lula fez questão de lembrar que as moradias deverão ser construídas em lugares mais seguros. “Na reconstrução a gente não pode permitir que as pessoas reconstruam no mesmo local que tinha casas que caíram. É preciso que prefeituras, estado e União localizem terrenos de maior tranquilidade para as pessoas poderem reconstruir o seu ninho”, destacou. Ele disse que o ministro da Fazenda terá que ajudar aliviando a questão da dívida dos estados e que os financiamentos para empresas que tiveram prejuízos deverão ser agilizados. “Não haverá desemprego por conta desses prejuízos”, garantiu.

O ministro da Integração Nacional, Waldez Góes, disse que os governos federal e estadual começam a trabalhar com as prefeituras de regiões como o Vale do Taquari, para restabelecer serviços onde os rios começam a recuar. Ele, no entanto, esclareceu que a prioridade continua sendo o resgate de pessoas ilhadas.

O governador gaúcho, Eduardo Leite, voltou a afirmar que o estado passa pela maior catástrofe climática da história. Ele advertiu para o risco de desabastecimento e de colapso em diversas áreas, por causa da interdição do Aeroporto Salgado Filho, dos bloqueios e destruições em rodovias e da falta de energia e água em diversas localidades. Após o resgate das vítimas, disse o governador, a preocupação será com a retomada das atividades da indústria do estado, que tem a quarta maior economia do país.

“Estamos acompanhando o impacto nas cadeias produtivas, porque os animais não chegam, o frigorífico foi também atingido, colapsado. Isso atinge a vida dos trabalhadores naturalmente, mas tem uma questão de abastecimento também. Então, ações vão ter que ser empreendidas nessa área. O impacto na indústria, por insumos que não chegarão, ou as empresas que fornecem e que foram atingidas, paralisações nas plantas industriais, que vão exigir medidas econômicas”, ressaltou o governador.

O senador Rodrigo Pacheco afirmou que o desastre climático que se abateu sobre o povo gaúcho e seus efeitos ao estado estão no topo da pauta do país. “Estamos aqui hoje demonstrando de fato, para além de uma fotografia, um compromisso republicano de união dos poderes e de união federativa em torno de uma tragédia que extrapola o Rio Grande e é uma tragédia nacional”, afirmou o presidente do Senado.

O deputado Arthur Lira disse falou da importância da união de todas as esferas de poder para enfrentar a tragédia gaúcha. “Nossa responsabilidade esta semana será de perseverança, de discussão e de rumo, para que a gente elabore uma medida totalmente extraordinária”, frisou Arthur Lira. “Essa semana será de negociação, de trabalho no Congresso, e a resposta será firme e efetiva, como foi na pandemia”, completou o parlamentar.

Tanto o presidente do Tribunal de Contas quanto o ministro Fachin prometeram agilidade nas questões referentes aos assuntos ligados ao socorro por parte do Governo Federal ao Rio Grande do Sul. “Tudo o que chegar ao nosso tribunal será tratado com o máximo de prioridade”, declarou Bruno Dantas.

O mesmo recado foi dado pelo ministro Edson Fachin: “O Poder Judiciário Brasileiro está presente para unir os seus esforços a fim de salvar pessoas e reconstruir o estado do Rio Grande do Sul. Dúvida alguma há da necessidade, imprescindível, de integração entre instituições, de cooperação e colaboração”.

O prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, pediu a chegada rápida de recursos aos municípios para que os trabalhos de reconstrução comecem o mais rápido possível. Na própria capital do estado, destacou, faltam equipamentos para enfrentar uma tragédia climática dessa dimensão. Segundo ele, o problema é ainda mais grave no interior do estado.

“Estão faltando barcos, botes e coletes na cidade. Estou falando da minha cidade, mas isso se estende para muitas dezenas de municípios e isso não pode esperar. Tem de ser hoje, tem de ser agora”, disse Melo. O prefeito ressaltou que 70% da cidade está sem água e que há escassez de diesel para os caminhões-pipa e de oxigênio para os hospitais, mas disse que, neste momento, as autoridades públicas precisam concentrar-se em salvar vidas.

Segundo o último balanço divulgado pelo Governo do Rio Grande do Sul, às 12h deste domingo, mais de 780 mil pessoas foram afetadas diretamente pelas chuvas, das quais 88.395 estão desalojadas e outras 16.600 encontram-se em abrigos. O estado registra 77 mortes e outras quatro estão em investigação, além de 155 feridos e 108 desaparecidos, com 2.495 solicitações de resgate e 214 pontos de bloqueios de vias.

Com informações da Agência Brasil

Em decisão unânime, o TSE mantém Bolsonaro e Braga Netto inelegíveis por 8 anos

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negou, de forma unânime, na sexta-feira (3) recurso de Jair Bolsonaro (PL) e de Walter Braga Netto (PL) contra a declaração de inelegibilidade dos dois por oito anos. Ele foram condenados por usar o cargo que ocupavam e dinheiro público para fazer campanha ilegalmente no 7 de Setembro de 2022 em Brasília e no Rio de Janeiro.

O plenário da Corte já havia decidido o mérito da condenação ainda no ano passado, quando, por 5 votos a 2, o TSE entendeu que os então candidatos a presidente e vice-presidente cometeram abuso de poder político e econômico nas comemorações do Bicentário da Inde-

pendência. O julgamento, que começou em 24 de outubro do ano passado, analisou ações apresentadas pelo PDT e pela senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS).

Os recursos entraram em análise em três sessões do plenário virtual do TSE, e a sessão ficou aberta para os votos até às 23h59 da sexta-feira (3). Mas nas três sessões já foram atingidos os sete votos necessários para rejeitar o pedido da defesa de Bolsonaro. Votaram pela inelegibilidade o ministro relator, Floriano Azevedo Marques, o presidente, Alexandre de Moraes, e de Nunes Marques, Cármen Lúcia, Isabel Gallotti, Raul Araújo e André Ramos Tavares.

Dudu e deputada nazista se reúnem para ofender o Brasil

Logo depois de votar pela soltura do mandante do assassinato da ex-vereadora Marielle Franco e de dizer que o Brasil é uma “republica de banana”, Eduardo Bolsonaro, conhecido no país como “bananinha”, foi recebido na Alemanha por Beatrix von Storch, na terça-feira (30).

Ela é integrante do partido nazista alemão, “Alternativa para a Alemanha” (AfD) e neta do ministro das finanças de Hitler, Lutz Graf Schwerin. Os dois fascistas fizeram uma self juntos.

O encontro aconteceu no Parlamento alemão. A deputada nazista, cujo avô perseguiu e matou opositores, afirmou que “nós patriotas

estamos juntos pela democracia, liberdade e Estado de direito”. Só faltou terminar a frase com o tradicional “Heil Hitler!”

Do alto de sua ignorância, Eduardo Bolsonaro “bananinha” falou sobre o incêndio do Reichstag, em 1933, pensando que estava bajulando os interlocutores. Não percebeu que estava reunido com os descendentes dos incendiários do parlamento alemão. Foram os nazistas que incendiaram o parlamento para jogar a culpa nos comunistas. “Os tempos estranhos atuais no Brasil lembram o incêndio do Congresso alemão em 1933, desculpa usada por Hitler para perseguir seus opositores”, escreveu o idiota em seu perfil no Twitter.

Justiça anula votação na Câmara do PL que libera privatização da Sabesp

Celina Toyoshima considerou que votação ocorreu “em claro desrespeito aos provimentos jurisdicionais”

A juíza Celina Kiyomi Toyoshima, da 4ª Vara de Fazenda Pública da Justiça de São Paulo, determinou a suspensão dos efeitos da segunda votação do projeto de privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) na Câmara Municipal de São Paulo, realizada nesta quinta-feira (02/05). Na decisão, proferida nesta sexta-feira, a magistrada afirmou que o Legislativo paulistano descumpriu decisão anterior que proibia a tramitação do PL. “Claro desrespeito”.

Uma decisão anterior determinava que a segunda votação só deveria ocorrer mediante a realização “de todas as audiências públicas já agendadas e de outras, se forem necessárias, submetendo a todos os interessados acesso amplo ao projeto substitutivo, suas informações e o devido estudo de impacto Orçamentário”.

No entanto, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) mobilizou sua base na Câmara para votar o projeto. Em troca do apoio à privatização da Sabesp, Nunes espera o apoio de Tarcísio à sua candidatura nas eleições municipais deste ano. A gana por entregar a companhia ao capital privado fez com que Nunes sancionasse o projeto na calada da noite de ontem – menos de duas horas depois da votação.

“Em que pese a decisão liminar de fls. 258 dos presentes autos, determinando que só fosse realizada a segunda votação após a realização de todas as audiências públicas, bem como estudos necessários, a requerida descumpriu a liminar, realizando na data de ontem a segunda votação do projeto em questão”, diz trecho da sentença.

“Em claro desrespeito aos provimentos jurisdicionais já prestados, continua a juíza, “a requerida realizou mesmo assim a votação, já ciente da liminar deferida, impedindo a votação, tendo se manifestado nos autos após a liminar”, reitera.

“O que aconteceu ontem na Câmara Municipal é espantoso, diante de uma decisão judicial, o presidente da Casa, Milton Leite, colocou em votação e aprovou (o texto do Executivo). Numa velocidade espantosa, o prefeito de SP já publicou a decisão da votação, que leva na prática, a privatização da Sabesp”, criticou o vereador Hélio Rodrigues (PT) em entrevista ao HP poucas horas antes da sentença da 4ª Vara da Justiça paulista.

“O Partido dos Trabalhadores e o PSol vão ingressar

Tarcísio mostra plano para cortar orçamento da USP, UNICAMP e UNESP, mas depois recua

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) recuou da tentativa de incluir outras três instituições de ensino no orçamento destinado apenas à Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Ele havia enviado a proposta à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), na última terça-feira (30), o projeto de lei que trata das diretrizes orçamentárias para 2025.

Haviam sido incluídas a Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA), a Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP) e a Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), que disputariam parte do dinheiro oriundo da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no estado.

Na tarde desta sexta-feira (3), Tarcísio recuou e desistiu da ideia. “O Governo de SP prioriza os investimentos no ensino superior e enviará uma mensagem modificativa para

contra essa publicação porque já havia uma decisão judicial, deveria ter sido cumprida pela Câmara, essa aceleração que eles fizeram vai resultar na inconstitucionalidade (do) que ocorreu ontem na Câmara de Vereadores.

“Foi inconstitucional, foi arbitrário”, continua o parlamentar “o que aconteceu ontem na decisão da Câmara de Vereadores. São Paulo não pode ser refém de um acordo político. Nós não podemos perder esse bem tão precioso que é o controle da água no Município de SP para atender os caprichos de um prefeito que tenta uma reeleição numa articulação com o Governo do Estado, que prejudica a população de SP. SERVIÇO VAI PIORAR

Para o vereador Eliseu Gabriel (PSB), que também é contra a venda da Sabesp, “todas as privatizações que a gente tem feito tem dado com os burros n’água”, aponta. “A Sabesp vai dar com os burros n’água – o serviço vai piorar”, alerta. Ele justificou sua posição ao elencar os riscos que a privatização da companhia vai ocasionar aos consumidores, especialmente jurídicos. “É o sexto risco – talvez o mais grave – os riscos políticos e jurídicos – 61% da população de SP é contra a privatização [...] Estamos abrindo mão da autonomia do município em relação à concessão do serviço do saneamento e da água, isso é inconstitucional”, afirmou.

Eliseu avalia que será “difícil” a privatizar a estatal. “Primeiro que a modelagem – todo o processo, como vai ser feito, como vai ser o contrato com a cidade SP – nada disso está claro. É possível então (que ocorram) várias ações judiciais para impedir esse processo”, observa.

“As empresas nacionais vão ser muito prejudicadas, se houver licitação, elas (empresários) sabem muito bem que serão passados para trás, só vai entrar quem for amigo do dono da Sabesp, que o que é outro crime que se faz contra a empresa nacional”, continua.

“E a terceira coisa, é que nós estamos em ano eleitoral. Pela Constituição, quem é o poder concedente de água e saneamento é o Município e nós sabemos que vão mudar os prefeitos de muitos municípios e muitos deles podem questionar essa adesão à URAE (Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário). Se eu fosse empresário, eu não investiria nessa privatização da Sabesp porque o risco é muito alto”, finaliza.

a Assembleia Legislativa do Estado (Alesp), mantendo a redação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente”, disse a Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Atualmente, as universidades estaduais recebem repasse de 9,57% do valor arrecadado com o ICMS: USP – 5,0295% (R\$ 7,3 bilhões recebidos em 2023); UNESP – 2,3447% (R\$ 3,4 bilhões recebidos em 2023); UNICAMP – 2,1958% (R\$ 3,2 bilhões recebidos em 2023);

Em 2023, o Estado de São Paulo arrecadou R\$ 143,7 bilhões com ICMS.

Antes do recuo do governo, em resposta ao projeto de lei, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) divulgou um comunicado manifestando a preocupação.

Com preocupação que os reitores das universidades estaduais paulistas – USP Unesp e Unicamp – leram a publicação da proposta de diretrizes orçamentárias, publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 2 de maio”, sinalizaram, em nota.



Manifestantes denunciaram na Câmara a ilegalidade da votação do projeto



População resgata atingidos por alagamentos na cidade gaúcha de Canoas

Tragédia no Rio Grande do Sul já ultrapassa 83 mortes; 111 pessoas estão desaparecidas

Na tarde desta segunda-feira (6), o balanço divulgado pelo governo do Rio Grande do Sul mostra que o número de mortos em razão das fortes chuvas que atingem o estado desde o início da semana passada subiu para 83. Além disso, quatro óbitos estão em investigação. Ao todo, 111 pessoas estão desaparecidas e 291 estão feridas.

Conforme o levantamento da Defesa Civil, são 149,3 mil pessoas fora de casa, sendo 20 mil em abrigos e 129,2 mil desalojadas (nas casas de familiares ou amigos). Ao todo, 364 dos 496 municípios do estado registraram algum tipo de problema, afetando 873 mil pessoas.

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional editou nova portaria, publicada em edição extra Diário Oficial da União, no último domingo (5), alterando ato anterior e ampliando para 336 municípios gaúchos o reconhecimento do estado de calamidade pública em razão das chuvas intensas que atingem a região.

A principal preocupação das equipes de socorro é aproveitar a tregua nas chuvas para resgatar vítimas que ficaram isoladas por conta dos alagamentos. O volume das águas diminuiu na maior parte das cidades do interior. Em Lajeado, foi possível observar os estragos provocados pela cheia do

Taquari, que praticamente consumiu a rodovia Governador Leonel de Moura Brizola (Br-386), que liga Lajeado ao município de Estrela.

O Comando Militar do Sul (CMS) informou que a previsão meteorológica é de uma janela de bom tempo em maior parte do Estado entre o domingo e a próxima terça-feira (7), o que é considerado uma “boa notícia”.

No entanto, a partir de quarta-feira (8), a previsão de chuva em áreas já castigadas por temporais voltará a deixar o estado em alerta, onde uma segunda frente fria se forma na Argentina e se desloca para alto mar, influenciando o aumento da chuva em todo o território do Rio Grande do Sul.

Atualmente, o nível do Guaíba, em Porto Alegre, está quase 2,30 metros acima da cota de inundação. Em medição realizada às 5h15 desta segunda, o patamar estava em 5,26 metros. O limite para inundação é de 3 metros.

ABASTECIMENTO COMPROMETIDO

As chuvas provocam paralisações nos serviços de água, energia e telefonia, bem como danos nas rodovias e alterações no tráfego. No momento, 854.486 pessoas estão sem abastecimento de água, segundo informam a Corsan. Isso equivale a 27% do total de endereços atendidos pela concessionária.

Enquanto isso, a falta de energia afeta 424 mil endereços no Rio Grande do Sul.

Na rede da RGE Sul, eram 261 mil pontos sem energia (27% do total de clientes), enquanto na linha da CEEE Equatorial eram 163 mil (9% do total de clientes).

Há também parada de serviços de telefonia e internet nas redes da Vivo (40 municípios), TIM (34) e Claro (24).

O Rio Grande do Sul tem 110 trechos em 61 rodovias com bloqueios totais e parciais, entre estradas e pontes, segundo dados do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer), consolidados com o Comando Rodoviário da Brigada Militar (CRBM), abrangendo também rodovias concedidas e as administradas pela Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR).

Segundo o boletim, a Secretaria de Logística e Transportes (Selt) trabalha para desobstruir as rodovias o mais rápido possível, de maneira a garantir o tráfego de veículos e pedestres.

No total, 733 escolas estão comprometidas em 229 municípios, ou seja, estão danificadas, servindo de abrigo, com problemas de transporte, com problema de acesso ou outras questões que impedem o seu funcionamento.

A situação está afetando as aulas de 247.228 estudantes. A orientação para a rede estadual em relação ao retorno das aulas só será divulgada após uma reunião com todas as coordenadorias de educação do Estado.



“Desde janeiro não se controla os gastos?”, questiona o promotor

Prefeitura de São Paulo suspende fiscalização de hospitais de OSS em meio à epidemia de dengue

A interrupção é de 180 dias e tem efeito retroativo, já que vale janeiro a junho de 2024. As OSS ficam com mais da metade do orçamento da saúde da cidade de São Paulo.

O documento foi assinado pelo secretário municipal da Saúde, Luiz Carlos Zamarco, que não se pronunciou. Marcelo Takano, coordenador do programa Avanço Saúde, afirmou que a prefeitura está apenas fazendo a revisão de alguns itens.

“Não se trata de suspensão da fiscalização. A portaria deixa de forma clara o caráter transitório de reavaliar esses indicadores para que a gente consiga alcançar o objetivo. O indicador não foi feito só para pagar ou descontar. O indicador tem que ser um indicativo de qual a política pública que a gente tem que adotar para alcançar o melhor resultado”, afirmou Takano.

CAÓTICO

O promotor da saúde, Arthur Pinto Filho, diz que não há justificativa para suspender a fiscalização do serviço pago com dinheiro público.

“Tem uma coisa que me chama a atenção: é uma suspensão que vai para trás, é uma suspensão que começa em janeiro e vai até junho. Desde janeiro não se controla os gastos das OSSs?”, questionou o promotor.

“Eu faço com você um contrato que tenho que atender 100. Eu atendo 85 e recebo pelos 100. Então, estou recebendo 15% a mais de gente que eu não atendi. Qual a lógica de baixar isso de 90 para 85%, num momento de epidemia de dengue, de problemas respiratórios?” continuou.

Quando a administração de hospitais e equipamentos de saúde foi transferida para as OSS, a promessa era de que o serviço ficaria melhor, mais rápido e mais eficiente, mas não é o que a população sente. No último dia 23, dezenas de macas ocupavam diversos corredores no Hospital do Campo Limpo, na Zona Sul, gerenciado pela OSS Cejam.

Mulheres e homens, alguns seminus, ficaram no mesmo espaço. Uma reportagem do jornal SPTV2, da TV Globo esteve no hospital, e flagrou um paciente psiquiátrico que estava amarrado numa maca, no meio de todos os outros, gritando.

No mesmo dia, a reportagem visitou uma UPA no mesmo bairro, gerenciada pela OSS Albert Einstein. As condições também eram ruins, por causa da superlotação, havia um paciente aguardando para ser atendido sentado no chão.

Os depoimentos de pacientes vão todos no mesmo sentido: “Esperou umas três horas pra passar na triagem”, “Esses dias, passei com minha menina aqui, estava horrível”, “É muita gente passando mal”.

Na última segunda-feira (29), a reportagem esteve na UPA de Perus, na Zona Norte. O gerenciamento é da OSS SPDM. A situação é a mesma das outras unidades de saúde: superlotação e horas de espera.

Aeroporto de Porto Alegre permanecerá fechado até o fim do mês de maio

O Aeroporto Internacional de Porto Alegre (Salgado Filho) permanece fechado e com todas as operações suspensas até o final do mês. Antes, a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) tinha confirmado que até a próxima sexta-feira (10), a operação do Aeroporto se manteria fechada.

A situação do Aeroporto será avaliada dia a dia e melhora pode antecipar retomada dos serviços.

As companhias aéreas Azul, Gol e Latam cancelaram os voos com origem e destino para Porto Alegre. Quem tinha passagens marcadas está sendo comunicado sobre regras mais flexíveis para remarcação, reembolso e cancelamento.

A Abear informou, também, que os aeroportos das cidades de Passo Fundo, Caxias do Sul, Pelotas e Santo Angelo ainda estão operando, mas podem ser impactados pelas condições meteorológicas no estado, onde chove há vários dias.



Nível do Rio Guaíba, que margeia a cidade de Porto Alegre, subiu 5 metros

1º de Maio pelo desenvolvimento e contra a precarização do trabalho



O que houve no Primeiro de Maio

O que será que está por trás da falta de público no 1º de Maio das centrais em SP? Nada! A convocatória não convoca nada. Mais parece um prospecto imobiliário.

Nada sobre a luta dos servidores federais, há sete anos sem reajuste. Nada sobre a revisão da aposentadoria da vida toda. Nada sobre a proposta indecente para os motoristas de aplicativos, que, para ganhar o salário mínimo, terão que trabalhar 12 horas por dia.

Nada sobre a reestatização da Eletrobrás, sobre o reinvestimento dos lucros da Petrobrás. Nada sobre a mixaria do aumento no salário mínimo. Apenas uma melhora aqui, outra acolá.

O Brasil está preso a uma camisa de forças. Tem as maiores taxas de juros do mundo. Há 30 anos a dívida pública era de R\$ 300 bilhões. Hoje, é de R\$ 6,4 trilhões. Na presidência do Banco Central tem um pool de amestrado por gerações pelo rentismo. Em 2023, só de juros, ou seja, o preço da dívida, foram R\$ 800 bilhões, que são agora garantidos pelo teto de gastos e pelo déficit zero.

É através dessa artimanha que acontece a parte principal do assalto ao trabalho dos brasileiros. É dessa forma que os monopólios financeiros se apropriam cada vez mais dos recursos nacionais e fazem a devida distribuição aos credores. Boa parte dos petistas ainda tem ilusões de desenvolver o país com capital estrangeiro. E o social desenvolvimentismo.

Esta derrama pós-moderna condiciona a nossa política econômica. Simples assim: em vez de economizarmos o máximo de recursos para o investimento público, no fortalecimento da indústria nacional e na pesquisa e inovação, em creches, escolas, etc, vamos economizar, “cortar na carne”, desfazer de patrimônios estratégicos para o pagamento dos juros absurdos. Vamos cortar nas aposentadorias, na Educação, Saúde, mobilidade urbana, etc. Cortar do povo para pagar o que já pagamos dez vezes.

Sobre esse assalto do rentismo aos cofres públicos, o silêncio é quase total.

A consigna “Por um país mais justo” não quer dizer nada. E como se a origem das injustiças estivesse na própria nação. Dirigentes partidários, sindicais, deputados, vereadores, em atos e comemorações, ao não denunciarem o assalto que o povo é vítima, estão perdendo seu tempo. Jogando conversa fora.

CARLOS PEREIRA

Com 46 instituições paradas, servidores da Educação defendem 3,5% de reajuste

A greve em defesa de reajuste salarial já chega a 46 instituições de ensino federal em todo o país. Conforme as entidades da Educação, a categoria continuará mobilizada e exige nova negociação com o governo, que manteve sua proposta de reajuste zero para os servidores federais em 2024. Desde o último dia 19 de abril, quando a Mesa Nacional de Negociação foi suspensa, as entidades fazem debates setoriais com as áreas do governo, porém, sem avanços em relação à reivindicação dos funcionários e professores da educação federal.

Na última terça-feira (30), a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior (Andes-SN), “a greve nas federais tem tirado o governo do seu estado de letargia, entretanto, a contraproposta do governo segue desrespeitando a categoria docente, colocando-a em desprestígio em relação a outras categorias. É por isso, que a greve segue se fortalecendo em todo o país. Exigimos respeito à carreira docente e a reposição dos orçamentos das instituições federais de ensino, muito defasados. Enquanto, mais uma vez, o governo tarda para convocar nova reunião para negociação, a categoria segue mobilizada”, avalia.

Considerando um avanço em relação ao reajuste dos benefícios, aprovado pelas entidades, a Federação considera, no entanto, que, em relação à remuneração, “a última proposta apresentada pelo Governo não é o suficiente”, e defende os índices de “3,5% em 01/09/2024; 9,5% em 01/01/2025 e 4,0% em 01/01/2026”.

A Associação de Docentes da Universidade Federal de São Paulo (Adunifesp) também avaliou, em nota, que a contraproposta do governo, a partir apenas de 2025 “recupera ainda muito pouco das perdas e, portanto, não foi aceita como base a um acordo na Mesa pelas dezenas de Assembleias Gerais Docentes nas diversas instituições federais”. De acordo com a entidade isso “impulsionou a adesão à greve em mais institutos e universidades, incluindo a nossa”.

Para Letícia Carolina Martins, diretora do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), “a greve nas federais tem tirado o governo do seu estado de letargia, entretanto, a contraproposta do governo segue desrespeitando a categoria docente, colocando-a em desprestígio em relação a outras categorias. É por isso, que a greve segue se fortalecendo em todo o país. Exigimos respeito à carreira docente e a reposição dos orçamentos das instituições federais de ensino, muito defasados. Enquanto, mais uma vez, o governo tarda para convocar nova reunião para negociação, a categoria segue mobilizada”, avalia.



Ato realizado no Itaquero contou com a presença do presidente Lula e ministros

Neste 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, as centrais sindicais realizaram um ato unificado no estacionamento do Estádio do Corinthians, em Itaquera, zona Leste de São Paulo, com a participação do presidente Lula, do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, do deputado federal Guilherme Boulos, entre outras autoridades e personalidades políticas. O ato foi convocado pelas centrais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, Nova Central, Intersindical e Pública.

No evento, dirigentes sindicais falaram sobre conquistas recentes dos trabalhadores, durante o primeiro ano do governo Lula, como o projeto de igualdade salarial entre homens e mulheres, o ajuste da tabela do Imposto de Renda e a retomada de investimentos, mas também criticaram a manutenção da política de juros altos do Banco Central e a precarização do trabalho, aprofundada desde a reforma trabalhista.

“O 1º de Maio é um marco importante para a vida da classe trabalhadora em todo o mundo. Em 1886 iniciava uma greve dos trabalhadores em Chicago. A reivindicação era a redução da jornada de trabalho para 8 horas. Em pleno século 21, uma plataforma, a chamada ‘uberização do trabalho’, tenta impor jornada de 14, 15, 16 horas. A plataforma é moderna, mas o trabalho exaustivo remete ao trabalho escravo”, afirmou o presidente da CTB, Adilson Araújo.

“Perdemos muito com a reforma trabalhista, com a terceirização restrita e com a malfadada reforma da Previdência. A vitória de Lula é um marco fundamental para iniciarmos a reconstrução do país. Não há estranhamento entre Lula e o movimento sindical. Lula restabeleceu o diálogo com o movimento social. Foi o presidente Lula que disse que tem que igualar salário entre homens e mulheres, que tem que investir no desenvolvimento. Mas tem uma pessoa não grata, que é o Campos Neto, que diz ter autonomia para praticar esse juros altíssimos. Essa é nossa luta”, afirmou.

O presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Moacyr Roberto, destacou que as pautas principais dos trabalhadores são a defesa do trabalho decente, a redução dos juros, valorização dos servidores públicos, igualdade salarial entre homens e mulheres, isenção da tabela do IR e valorização do salário mínimo. “Nosso total apoio aos servidores públicos, em especial da Educação, que estão há meses em mobilização e ainda sem nenhum resultado”, ressaltou.

Em seu discurso, Lula saudou os ministros, os trabalhadores, e queixou-se também do baixo público presente no ato. “Vocês sabem que ontem eu conversei com ele [Márcio Macêdo] sobre esse ato e disse para ele: ‘O Márcio, o ato está mal convocado’. O ato está mal convocado, nós não fizemos o esforço necessário para levar a quantidade de gente que era preciso levar, mas, de qualquer forma, eu estou acostumado a falar com 1.000, com milhão, mas também se for necessário eu falo apenas com a senhora que está ali na minha frente”, disse.

Maioria defende direitos trabalhistas para motoristas de aplicativos, diz pesquisa

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio), em parceria com o Instituto de Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec), aponta que 60% dos brasileiros são favoráveis à garantia de direitos dos trabalhadores por aplicativos no Brasil. Apenas 5% acredita que as plataformas não têm nenhuma responsabilidade sobre a saúde e segurança dos trabalhadores.

A pesquisa foi divulgada no início de fevereiro deste ano, em meio a discussão sobre o projeto de regulação apresentado pelo governo federal e que vem sendo criticado por diversos setores por manter os trabalhadores subordinados aos interesses das empresas e sem garantias. De acordo com a pesquisa, 84% dos entrevistados acreditam que o governo deve regular o setor.

Entre os direitos defendidos pela maioria dos entrevistados estão a publicização dos critérios utilizados pelos aplicativos para definir os serviços que cada trabalhador vai realizar (88%); seguro saúde (87%); aposentadoria (83%); liberdade para se sindicalizar (80%); autonomia para definir jornada de trabalho diária (79%); liberdade para recusar trabalho (77%); 13º salário (76%); limitação da jornada de trabalho (75%); férias remuneradas (71%); descanso remunerado (72%); fornecimento dos equipamentos necessários para o desempenho do trabalho —carro, moto, capacete e

mochila etc. (72%); e carteira assinada (71%).

Sobre greves e paralisações, 30% é favorável a mobilizações da categoria como forma de pressionar o governo, enquanto 25% é contrário. 42% não são nem contra nem a favor. Pressionar o governo para que estabeleça ou fiscalize regras para o trabalho por aplicativo foi a forma de mobilização mais mencionada, tanto entre quem a considera efetiva (29%) ou muito efetiva (28%).

O projeto de lei complementar que regula o trabalho de motoristas por aplicativo (PLP 12/2024), apresentado pelo governo federal, foi alvo de intensas críticas de especialistas que apontam que o projeto legitima as condições precárias a que estão expostos os trabalhadores. A remuneração extremamente baixa que estabelece R\$ 8,03 como mínimo por hora, apenas considerando o tempo em corrida e não a disposição da empresa, e a jornada de até 12 horas diárias foram alguns dos pontos julgados lesivos do ponto de vista da Justiça do Trabalho.

Pesquisadores especialistas no tema argumentaram, em manifesto contrário à proposta do governo, que “o projeto, sob a pretensão de regulamentar o trabalho uberizado às novidades tecnológicas, promove, na verdade, uma legitimação jurídica de práticas laborais que exacerbam a vulnerabilidade, a exploração e a desproteção completa dos direitos do trabalho”.

Argentinos defendem Instituto Nacional de Cinema contra o ataque de Milei



Reprodução

1º de Maio em Cuba condena bloqueio criminoso dos EUA e o genocídio de palestinos

Convocados pela Central de Trabalhadores, mais de quatro milhões de cubanos tomaram as praças e avenidas ao longo da Ilha. Na comemoração do Primeiro de Maio em Cuba uma multidão condenou o bloqueio econômico, comercial e financeiro “genocida” promovido pelos Estados Unidos, que há mais de seis décadas ataca a Ilha caribenha, e defendeu as conquistas do socialismo com justiça social e igualdade.

Neste momento, afirmou o secretário-geral da Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC), Ulises Guilarte de Nacimiento, a batalha fundamental é a recuperação da economia e o aporte de cada um e de todos “é essencial para potencializar a eficiência produtiva”, principalmente quando o bloqueio impõe limitações de todo tipo.

QUATRO MILHÕES PARTICIPAM

Daí, ressaltou, “o significado da mobilização desses mais de quatro milhões de cubanos ao longo das praças de todo o país”, homens e mulheres que reconhecem “a necessidade de desenvolver capacidades de inovação e criatividade para superar obstáculos e consolidar a empresa estatal socialista”. Desta forma, apontou Guilarte, “vamos assegurar o crescimento da oferta de bens e serviços que favoreça a redução de preços, bem como consolidar a necessária eficiência dos investimentos; tudo isto em um processo integrado com o setor não estatal, o que requer maior atenção e proteção dos direitos dos trabalhadores que o compõem”. A enorme batalha em curso, assinalou, “mostra que o capital humano é o recurso mais seguro e sólido que temos hoje e que não podemos desperdiçá-lo”.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS

Para o dirigente da CTC, é imprescindível que haja um maior controle e fiscalização dos recursos, assim como aprimorar o combate à corrupção e as indisciplinas, como parte do desafio das projeções do governo para corrigir distorções e impulsionar a economia ao longo do ano, processo que coincide com o 22º Congresso da CTC.

CUBA SOLIDÁRIA AO POVO PALESTINO

Entusiasticamente aplaudido pelas centenas de milhares de presentes e pelos mais de mil representantes de 58 países e 220 organizações sindicais, Guilarte expressou a solidariedade dos trabalhadores cubanos contra “o maior crime que se comete contra o povo palestino pelo governo de Israel, com a cumplicidade dos Estados Unidos”, que atacam Gaza e asfixiam a Cisjordânia. “Cuba e o seu povo não permanecemos indiferentes a estas graves violações do direito internacional”, acrescentou.

MOVIMENTO SINDICAL

“Ao lado desta reivindicação, mantemos em alto as bandeiras de solidariedade com o movimento sindical. Ao mesmo tempo, confirmamos à comunidade internacional que sempre poderemos contar com a luta permanente de Cuba contra a injustiça, a desigualdade e o estabelecimento de uma ordem internacional mais justa e equitativa”, asseverou Guilarte. E reiterou que manter a coesão social é essencial, porque esta “é a arma estratégica da Revolução”.

Mais adiante enfatizou que existem boas experiências em todos os territórios do país que demonstram que sim é possível e que sim se pode lograr eficiência produtiva superando as limitações de recursos materiais e financeiros tornando preciso e requerendo responsabilidade, rigor, sentido de pertinência pelo que se faz, desenvolver ao máximo capacidades de inovação e criatividade, que nos permitam enfrentar cada obstáculo que surja no caminho.

Como destacou o portal “Trabajadores”, veículo da Central dos Trabalhadores de Cuba, o entusiasmo da classe operária ao participar junto com sua família nos festejos desta comemoração justamente no ano em que se realiza o processo orgânico do 22º Congresso da CTC, presidido pelo lema “Por Cuba juntos criamos”.

“Mais um Dia Internacional dos Trabalhadores em Cuba anuncia ao mundo a definitiva independência e o alcance de nossas vitórias, sabendo quanto há ainda por andar”, assinala o artigo do portal sobre o Primeiro de Maio.

“Fidel está presente. Vive em cada um dos cubanos que neste Primeiro de Maio desfilam por toda Cuba porque, como afirmara nosso inolvidável Comandante no Primeiro de mayo de 1960: “Só me resta, neste Primeiro de Maio, reafirmar o propósito de seguirmos todos cumprindo nosso dever, em nossos postos, e pedir a todos que façam o mesmo. Expresso-lhes nossa fé nos destinos da pátria, nossa fé na solidariedade dos povos irmãos do Continente, pelos quais estamos lutando, porque eles aprenderão com nossa experiência”.

Em Havana, o ato central reuniu o general do Exército Raúl Castro Ruz, líder da Revolução cubana; o presidente da República, Miguel Díaz-Canel Bermúdez; lideranças do Partido Comunista e das organizações de massa.



Imagem de vídeo da campanha em defesa da indústria do audiovisual

“Milei ameaça todos os direitos salariais e previdenciários”, afirma a CGT no 1º de Maio

Ato unitário, convocado pelas centrais CGT, CTA-A e CTA-T, pelo Dia Internacional do Trabalhador, reúne multidão em Buenos Aires. “Todos os direitos sociais, trabalhistas, sindicais e previdenciários se encontram ameaçados”, denuncia documento da Central Geral dos Trabalhadores, apresentados a uma multidão que marchou pelas ruas de Buenos Aires neste 1º de Maio.

“É um dia de reivindicação e defesa das conquistas e direitos adquiridos que querem vulnerar em desrespeito à voz dos trabalhadores”, acrescenta.

Denuncia ainda o documento da CGT que o governo de Milei “em nome de uma mal interpretada ‘liberdade de mercado’ implementa um arrocho brutal pelo qual sofrem especialmente os setores de menores ingressos, as classes assalariadas, os aposentados e os pensionistas”.

O manifesto da CGT, destaca que o arrocho brutal de Milei que também “libera os preços de alimentos, medicamentos, energia e serviços essenciais, reduzindo o poder de compra dos salários”.

CONTRA O ARROCHO

O ato que levou dezo-



Primeiro de Maio ocupa o centro de Buenos Aires

nas de milhares às ruas da capital argentina foi unitário e teve a convocação conjunta das três centrais sindicais argentinas (CTA-T, CTA-A e CGT). Teve o apoio ainda da União de Trabalhadores da Economia Popular (UTEPA), e da frente universitária para repudiar a política recessiva, de desemprego, corte de salários e direitos perpetrada por Milei.

GOVERNO FASCISTA

“Neste 1º de maio não apenas recordamos os nossos mártires que tomaram em defesa dos direitos da classe trabalhadora, mas também reafirmamos convicções e valores”, afirmou o secretário-geral da CTA-A, Hugo Godoy. “Solidariedade, organização, comunidade, são fatores fundamentais para construir uma sociedade mais justa,

e por isso hoje é um dia de luta para enfrentar este governo neofascista de Milei, que governa por decreto para aprofundar a entrega e o saque dos bolsos dos argentinos”, acrescentou.

MOBILIZAÇÃO

Secretário-geral da CTA-T e deputado nacional, Hugo Yasky, destacou que a mobilização reforça a luta “contra a direita e os grupos financeiros” que dentro do Congresso tentam apagar as conquistas sociais e trabalhistas. “Se o que passou na Câmara dos Deputados for aprovado no Senado, só uma em cada 10 mulheres poderá se aposentar”, alertou.

O ato contou com a presença do governador de Buenos Aires, Axel Kicillof e prefeitos de outros municípios argentinos.

Universitários ingleses acampam contra massacre de palestinos na Faixa de Gaza

“Nos solidarizamos com todos que lutam por uma Palestina livre de genocídio e ocupação”, disse um porta-voz do recém instalado acampamento de Manchester. Repúdio ao genocídio abarca também Sheffield, Bristol, Leeds e Newcastle.

O repúdio dos estudantes ao genocídio perpetrado por Israel em Gaza se estendeu à Inglaterra, com acampamentos de solidariedade aos palestinos tendo sido criados em Manchester, Sheffield, Bristol, Leeds e Newcastle no 1º de Maio.

O que também implica em solidariedade aos estudantes nos EUA que estão sob feroz repressão policial por exigirem o fim do genocídio e imediato cessar-fogo imediato que assegure a entrada desimpedida de ajuda humanitária.

“Nos solidarizamos com todos que lutam por uma Palestina livre de genocídio e ocupação”, disse um porta-voz do recém instalado acampamento de Manchester ao Morning Star.

CAMPUS PELA PALESTINA

“Mais de 100 estudantes passaram a noite no ‘Acampamento de Resistência pela Palestina’ em Brunswick Park, exigindo que a universidade encerre seus laços com a BAE Systems e outras empresas de armas, corte seus laços com a Universidade de Tel Aviv e a Universidade Hebraica de Jerusalém e pare com todas as ‘pesquisas antiéticas’, registrou o jornal The Guardian, que descreveu os protestos como pacíficos.



Acampamento solidário aos palestinos em Newcastle

A Coalizão do Campus pela Palestina – formada por estudantes, funcionários e ex-alunos das Universidades de Sheffield e Sheffield Hallam – anunciou que o acampamento “é em solidariedade com o povo palestino e em protesto contra a cumplicidade da universidade com o apartheid israelense e o bombardeio contínuo de Gaza”.

“Nós, estudantes, viemos acusar a universidade de cumplicidade no genocídio dos palestinos em Gaza. Nossa demanda é clara: desinvestir agora”, disse um porta-voz da coalizão. “Estou orgulhosa de ver nossos alunos tomando uma posição e se juntando a este movimento mundial contra o genocídio em curso em Gaza”, disse a Dra. Lisa Stampnitzky, professora da Universidade de Sheffield.

Apoio expressado também pela entidade Judeus de Sheffield Contra o Apartheid de Israel (SJAIA, na sigla em inglês) que saudou “a caminhada de estudantes da Universidade de Sheffield em solidariedade ao povo palestino. Apoiamos suas ações e pedimos a todos os estudantes e funcionários

que o façam e resolvam responsabilizar sua Universidade por sua cumplicidade com o genocídio perpetrado por Israel na Palestina”.

Na Universidade de Newcastle, um pequeno acampamento pró-palestino foi montado em um gramado em frente aos prédios da faculdade, vídeos e fotos nas mídias sociais mostraram. A conta do X “Newcastle Apartheid Off Campus” compartilhou imagens de seu acampamento, que mostra cerca de uma dúzia de tendas no gramado, algumas com bandeiras palestinas penduradas nelas.

O grupo se descreve como uma “coalizão liderada por estudantes lutando por um fim à parceria da Universidade de Newcastle com empresas de defesa que fornecem armamentos a Israel” e disse, em um X post na noite de quarta-feira, que eles passariam a noite.

“O primeiro dia do acampamento está chegando ao fim”, disse o post, acrescentando que “os números estão crescendo a cada hora.”

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

A Associação dos Trabalhadores do Estado (ATE) denuncia projeto que “declarou guerra ao cinema e à cultura”, e lidera manifestações exigindo a utilização dos fundos públicos para a produção nacional

Aberta ao público em Buenos Aires, a assembleia dos trabalhadores do Instituto Nacional de Cinema e Artes Audiovisuais (Incaa) da Argentina converteu-se na sexta-feira (3) numa grande manifestação contra o “apagão cultural” proposto pelo governo de Javier Milei.

Convocados pela Associação de Trabalhadores do Estado (ATE), artistas, produtores e cineastas realizaram um caloroso abraço ao instituto da cultura argentina, alertando para as terríveis consequências do plano neocolonial em curso, tanto no campo político, econômico como ideológico. Para garantir a produção nacional e a preservação de empregos, afirmaram, “não há tempo a perder”.

BASTA!

“Milei: nem tudo se compra, nem tudo se vende”, “Cinema é comunidade”, “O cinema nacional somos nós” eram algumas das palavras de ordem dos manifestantes, que reiteraram que “é hora de dar um basta” e garantir a manutenção de uma indústria cultural rica, pujante e aclamada em todo mundo.

Estiveram unidos o Coletivo de Cineastas e Documentaristas da Argentina, as Associações de Diretores de Fotografia, Diretores de Arte, Engenheiros de Som e Editores, centros acadêmicos das universidades de cinema, Cronistas Cinematográficos, e uma longa lista de personalidades culturais, deputados, organizações e grupos políticos e culturais.

“Nós nos mobilizamos porque o governo Milei declarou guerra ao cinema e à cultura. O presidente do Incaa, Carlos Pirovano, em seu primeiro dia de nomeação, demitiu centenas de trabalhadores precários e depois continuou com suspensões de trabalhadores permanentes, fechamentos e esvaziamentos de áreas-chave do Instituto (Espaços Incaa, incluindo o histórico cinema Gaumont, apoio a festivais, fiscalização e comunicação, entre outros)”, detalhou o comunicado.

CENSURA

Os manifestantes repudiaram “a censura e o controle ideológico” e apelaram à comunidade cinematográfica a “se organizar e lutar para

derrotar este plano destrutivo”. “É uma luta de todos, é uma luta contra a censura política e econômica, contra o monopólio da palavra nas mãos dos conglomerados de comunicação social e do poder econômico”, sublinharam.

Vale lembrar que os cortes na cultura e no Incaa já constavam da primeira minuta da Lei de Bases de Milei, rejeitada meses atrás. No entanto, o Instituto se encontra atualmente fechado, sob a justificativa oficial da “reestruturação”. Os trabalhadores foram afastados até que a “reorganização” seja concluída.

A representante dos trabalhadores no Incaa, Ingrid Urrutia, denunciou recentemente a postura do diretor Carlos Pirovano, nomeado por Milei, “que nunca viu semelhante nível de hipocrisia”. Pirovano já havia fechado a área de desenvolvimento, essencial para a produção de cinema nacional e independente, deixando 56 trabalhadores e seus familiares na rua.

PERSEGUIÇÃO

Na avaliação de Juan Mascaró, nome chave dos Documentaristas de Argentina (Doca), “o cinema é um negócio do Estado, não só pela criação de empregos, para as economias que rodeiam o cinema, mas porque um filme devolve dinheiro ao Estado”. “Um filme, quando feito através de contratos de trabalho, fatura cada centavo, paga impostos para tudo”, ressaltou. Mas para Mascaró, os ataques ao cinema têm claramente “um gesto ideológico de perseguição, de verdadeira censura”.

MANIFESTAÇÕES

A apresentadora Mirtha Legrand, referência da televisão argentina, disse que é inadmissível o fechamento do Incaa, o cinema Gaumont ou a Escola de Cinema, que não poderão jamais ser alvo da política de cortes em curso. Mirtha reconheceu a relevância de manifestações como as realizadas, sublinhando a marcha dos estudantes que levou 800 mil às ruas só em Buenos Aires. “É algo impressionante, nunca vi tanta gente na Argentina. Nunca, nunca. É a primeira vez e vi todas as marchas, todas as concentrações de todos os governos”, acrescentou a apresentadora.

Bolívia celebra o Dia do Trabalhador com aumento real do salário mínimo

A elevação de salário decretada por Arce é mais do que o dobro da inflação de 2023. Presente nas comemorações na cidade de Cochabamba, o presidente Luis Arce entregou ao executivo da COB os decretos que aprovaram o aumento salarial de 5,85% ao mínimo nacional, contra os 2,12% de inflação em 2023.

O secretário executivo da Central dos Trabalhadores Bolivianos (COB), Juan Carlos Huarachi, destacou que o aumento salarial aprovado neste ano é o “reflexo de que há crescimento econômico”.

Huarachi ressaltou que a COB apoia a diretiva política econômica do governo que “encara a necessidade do país de industrialização para substituir importações”.

O dirigente máximo da COB conclamou os trabalhadores a se manterem mobilizados frente a denúncias de que há uma tentativa geral

de sabotar economicamente o Estado boliviano não só pela direita interna, mas também pela interferência direta do imperialismo. “Queremos ratificar o compromisso do nosso governo de trabalhar pelo povo, junto ao povo e para o povo”, disse o presidente boliviano ao entregar o decreto ao dirigente da COB.

Arce destacou que o aumento corresponde a melhora do poder de compra do trabalhador sem descuidar da estabilidade da economia nacional. Ainda considerou que, “seguramente alguns gostariam de nos ver sem obras para entregar, sem uma economia que beneficie o povo boliviano, mas vejam que, com o grande esforço que estamos fazendo, em que pese a crise internacional que afeta todos os países e a crise climática que afetou a nós também, e os conflitos internos que temos, seguimos avançando e construindo o país”.

Netanyahu rejeita cessar-fogo aceito pelo Hamas e bombardeia Rafah



Tendas de sem-teto, visão cada vez mais frequente na paisagem urbana dos EUA

EUA está em “acelerado declínio”, afirma relatório da RAND Corporation

Relatório encomendado à RAND Corporation aponta “declínio acelerado dos Estados Unidos como potência por causa de problemas internos e externos”.

O relatório entregue pela RAND (um instituto de pesquisa e firma de consultoria americana, criado logo após o término da Segunda Guerra e historicamente conectado ao órgão de ação bélica dos EUA), denominado “As Fontes do Dinamismo Nacional Renovado”, foi publicado nesta terça-feira (30) e põe ênfase na posição dos Estados Unidos frente à ascensão da China como potência mundial.

O principal autor de uma série de relatórios, Michael J. Mazarr, relata – em um informe que tem por base a concepção competitiva e de dominação imperialista norte-americana – que a “posição competitiva dos EUA está ameaçada tanto a partir de dentro (em termos de abrandamento do crescimento da produtividade, de uma população envelhecida, de um sistema político polarizado, e de um ambiente de informação cada vez mais corrompido) como de fora (em termos de um crescente desafio direto da China e do declínio da deferência para com os EUA por parte de dezenas de nações em desenvolvimento)”.

Segundo o relatório, a divisão política dentro dos EUA está acelerando a decadência pela criação de duas narrativas concorrentes entre direita e esquerda que, apesar de concordarem em alguns aspectos, principalmente em que alguma coisa está errada no país, divergem em qual seria a solução para o problema, e que se os americanos não conseguirem resolver o problema, a crise só vai se aprofundar no futuro.

“DECADÊNCIA DOS IMPÉRIOS”

“A recuperação de um declínio nacional significativo a longo prazo é rara e difícil de detectar no registro histórico”, para os autores da pesquisa, há semelhanças com a decadência de impérios passados.

Os crescentes gastos com o exército americano, a corrupção endêmica na política, ineficiência das instituições nacionais, a decadência moral da população, elites indiferentes com as necessidades do país, crescente desigualdade, são sintomas dessa decadência.

“Quando as grandes potências decaem de uma posição de preeminência ou liderança devido a fatores internos, raramente invertem esta tendência”.

O relatório também aponta possíveis soluções para o problema, como a implantação de políticas progressistas e reformas nas políticas trabalhistas, negócios, meio ambiente e combate à corrupção.

“Os progressistas tinham um ‘anseio de renascimento’ e procuravam injetar ‘alguma vitalidade visceral numa cultura moderna que parecia frágil e prestes a entrar em colapso’ disse um dos autores.

Confisco de ativos russos seria “prego no caixão” do sistema econômico ocidental, afirma Peskov

Confiscar bens russos seria um prego no caixão de todo o sistema econômico ocidental, advertiu o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov.

“Se isso acontecer, se for criado um precedente tão perigoso, será um prego muito forte no futuro caixão de todo o sistema econômico ocidental”, disse Peskov em uma entrevista ao jornalista russo Pavel Zarubin.

A declaração se deve à aprovação, pelo Congresso dos EUA, de uma lei que é parte do pacote de socorro de Washington ao regime neonazista de Kiev, que “autoriza” a confiscar recursos do BC russo que foram ilegalmente congelados pelos EUA em 2022, como parte das sanções que visavam arrasar economicamente a Rússia por agir para impedir a limpeza étnica contra a população de fala russa do Donbass e para desnazificar e desmilitarizar a Ucrânia, sob controle dos neonazistas e de Washington desde o golpe de Maidan de 2014.

que os investidores estrangeiros e países do mundo inteiro vão reconsiderar investir o seu dinheiro no Ocidente se este for em frente com a apreensão de ativos russos, sancionada pelo Congresso dos EUA na semana passada.

“É claro que os investidores estrangeiros, os Estados estrangeiros que mantêm as suas reservas em ativos destes países, de agora em diante pensarão dez vezes antes de investir o seu dinheiro”, disse Peskov. “A confiabilidade desaparece da noite para o dia, devido a uma decisão impensada. Ela só é restaurada [depois] de décadas, ou até mais.”

O porta-voz sublinhou que, no caso de apreensão de ativos russos congelados no Ocidente, a Rússia retaliaria prontamente. “É claro que tais decisões terão perspectivas judiciais muito amplas. E, claro, a Rússia utilizará essas perspectivas judiciais e defenderá incessantemente os seus interesses neste campo”, disse Peskov.

Peskov assinalou *Leia mais no site do HP*



Israel inicia bombardeios na cidade de Rafah, ampliando o massacre na Faixa

2.500 estudantes são presos nos EUA por repudiar genocídio em Gaza

Com os protestos nas universidades dos EUA completando 15 dias, já passa de 2.500 o total de manifestantes antígenocídio presos pela onda de repressão desencadeada sob orientação do presidente Biden, no que só pode ser descrito como cumplicidade com os crimes em Gaza perpetrados há seis meses pelo governo fascista de Netanyahu/Smotrich/Gvir, aliás, sob investigação da Corte Internacional de Justiça por genocídio, o ‘crime dos crimes’, segundo Nuremberg. Além, claro, de escandalosa violação da liberdade de expressão, da “1ª Emenda”.

Os atuais protestos antígenocídio nas universidades dos EUA já são os maiores desde a Guerra do Vietnã e contra eles o establishment norte-americano lançou suas tropas de choque, de Nova York à Califórnia, passando pelo Texas, para remover violentamente as pessoas que acampavam exigindo o fim da carnificina em Gaza e o fim da cumplicidade de Washington com os crimes de Netanyahu, além do assim chamado ‘desinvestimento’ das universidades nas empresas com vínculos com o genocídio e o apartheid.

Nos últimos dias, a investida contra os acampamentos antígenocídio tornou-se mais feroz e disseminada, após Biden acusar de “antisemitas” os denunciantes do morticínio perpetrado por Israel à vista do mundo há seis meses.

Algumas cenas se tornaram icônicas: a chefe do departamento de Filosofia da Universidade



Policiais de Atlanta prendem estudantes e a chefe do Departamento de Filosofia da Univ. de Emory, Noelle McAfee

de Emory derrubada por um policial, presa e processada por ‘agressão’ a ele; a candidata a presidente pelo Partido Verde, Jill Stein, de 73 anos e judia, que teve 1,5 milhão de votos em 2016, presa por se solidarizar com os estudantes; feiras de estudantes, com algemas de plástico, levados para ônibus a caminho da prisão; gás lacrimogêneo se espalhando campus após campus; alunos espancados no Texas; atradores de elite nos telhados dos prédios da Universidade Estadual de Ohio; e pelo menos cinco pessoas atingidas na cabeça com balas de borracha durante o assalto à UCLA (Los Angeles).

Também as bandeiras palestinas ondeando de costa a costa dos EUA e centenas de estudantes usando os Keffiyeh; a placa

de ‘Hind Hall’, na Universidade de Colúmbia, no que já foi o ‘Mandela Hall’ e o ‘Malcom-X Hall’; as faixas de “pare o genocídio” e de “nunca mais, para todos”. As comemorações da Páscoa Judaica nos acampamentos e as orações islâmicas também.

Atos infames: agentes do Departamento de Polícia de Los Angeles que atiraram no rosto e no peito dos manifestantes com balas de borracha, enviando vários para o hospital, segundo o Los Angeles Times. Um manifestante disse nas redes sociais que recebeu 11 grampos e 4 pontos na cabeça depois que a polícia disparou contra ele. Em Nova York, policiais do NYPD foram fotografados atirando um estudante escaadas abaixo.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

Israel mantém cerca de 10 mil palestinos presos com casos de mortes sob tortura

O sistema israelense de prisão sistemática do povo palestino continua a todo vapor com o apoio incondicional dos Estados Unidos. Sob o termo utilizado pelos fascistas israelenses “detenção administrativa” (prisões com evidência secreta, indefinidamente e sem direito a julgamento), aproximadamente 10 mil cidadãos palestinos estão detidos.

A ‘Comissão Palestina para Assuntos de Detidos e Ex-Detidos’ condenou, em 7 de abril, os sequestros das estudantes Layan Kayed e Layan Naser, ativistas de direitos palestinos na Cisjordânia. “Nossa relação com a prisão é a de uma tentativa constante de nos domesticar e nos alienar”, disse Kayed em mensagem para sua família.

Israel tornou como política de segurança a criminalização de grupos estudantistas palestinos, que são constantemente intimidados, assediados e presos. O exército israelense constantemente faz invasões a campus de universidades na Cisjordânia.

Layan Naser, foi sequestrada de sua casa de madrugada na cidade de Bizreit, na Cisjordânia, onde ela e sua família foram mantidos sob a mira de armas do exército israelense. Seus pais falaram que não houve nenhum mandato de prisão e nem informação sobre onde ela está sendo mantida presa. Layan é a única mulher cristã em detenção pelo exército

israelense e despertou a indignação do Arcebispo de Canterbury, Justin Welby, “estou chocado e profundamente preocupado”, disse em mensagem no X (ex Twitter). “Por favor, rezem pela segurança de Layan e rápida libertação”, disse.

A Comissão de Assuntos de Detidos, também apontou que desde 16 abril, 8.270 foram presos na Cisjordânia, incluindo 275 mulheres, 520 crianças e 66 jornalistas. Desde 7 de outubro do ano passado, 16 presos foram mortos sob condição de tortura.

Em Gaza, cerca de 3.000 palestinos foram presos desde o início da invasão segundo a ONG ‘Centro de Direitos Humanos Al Mezan’, “mulheres, crianças, idosos, além de profissionais como médicos, enfermeiros, professores e jornalistas”, comunicou a ONG. Desses 3.000 detidos, 1.650 palestinos estão presos pela “Leis dos Combatentes Ilegais”, similar à regra de “detenção administrativa” mas voltada ao povo de Gaza. Presos, eles são isolados, sem representação legal e sem acusação. Pela Convenção de Genebra, eles teriam que ser declarados prisioneiros de guerra onde teriam direito a proteções.

Reportagens do jornal

israelense Haaretz relatam que, em Gaza, 27 prisioneiros palestinos foram mortos desde 7 de outubro do ano passado, eles teriam sofrido tortura, espancamentos, foram roubados e estuprados. Eles também tiveram acesso a médicos e advogados negados. O ‘Comitê Público Contra a Tortura em Israel’, apontou que esse crescimento de detidos palestinos é de “200% maior do que o normal em um ano”.

“Ainda esta semana, dois presos tiveram as pernas amputadas devido a ferimentos algemados, o que infelizmente é um acontecimento rotineiro”, denunciou um médico em outra reportagem do Haaretz. Presos são submetidos a um regime de tortura e fome, segundo a Al Mezan, um prisioneiro palestino de 19 anos teve unhas arrancadas com um alicate durante um interrogatório.

Eles também denunciaram danos na curvatura da coluna por serem forçados a ficarem algemados agachados por tanto tempo.

“Todos os anos, Israel prende e detém centenas de menores palestinos, ao mesmo tempo que viola rotineira e sistematicamente os seus direitos: durante a prisão e sob interrogatório”, disse o grupo israelense B’Tselem

“Tanques e infantaria israelenses ingressaram a leste de Rafah enquanto os aviões bombardeavam de cima, poucas horas depois de o Hamas aceitar o acordo de troca de reféns/prisioneiros”, afirmou ao HP o deputado israelense Ofer Cassif

Aviação israelense bombardeou nesta segunda-feira Raffah, cidade no extremo sul de Gaza para onde foram tangidos a tiro e bomba, de tal forma que somados à população da província já chegam a 1,5 milhão de palestinos.

Só neste bombardeio, as hordas israelenses já assassinaram pelo menos 22 civis, inclusive oito crianças, segundo a agência de notícias palestina Wafa. Em paralelo, o comando israelense ordenou a evacuação de ao menos 100 mil palestinos da região leste da cidade, forçando multidões de desvalidos a novamente se porem a caminho sabe-se lá para onde.

Enquanto o regime Netanyahu/Smotrich/Gvir afronta o mundo com sua insistência a estender o genocídio a Rafah, o Hamas anunciou sua concordância com a proposta de cessar-fogo mediada pelo Qatar e pelo Egito, e que este em discussão no final de semana.

O líder do Hamas, Ismail Haniyeh, comunicou aos mediadores, o primeiro-ministro do Catar, Mohammed bin Abdulrahman Al Thani, e o ministro de Inteligência egípcio, Abbas Kamel, sua decisão de aceitar a proposta de cessar-fogo.

A confirmação da aceitação do acordo de cessar-fogo pelo Hamas foi comemorada na cidade de Gaza, nos campos de refugiados e também em Raffah, onde persiste a esperança de que seja detida a máquina de barbárie israelense antes que não haja ponto de não-retorno para a paz.

Em Israel, manifestantes foram às ruas exigir de Netanyahu que aceite o acordo de cessar fogo e o estabeleça imediatamente. Em uma das faixas vistas na avenida Ayalon, em Tel Aviv, se via: “Não os veremos mais?”, referindo-se ao retorno dos detidos em Gaza que Netanyahu e seu governo menosprezam. A tarde, o gabinete de guerra israelense decidiu continuar com a ofensiva contra Rafah.

Ao HP, o deputado israelense Ofer Cassif denunciou que “tanques e infantaria israelenses ingressaram a leste de Rafah enquanto os aviões bombardeavam de cima, poucas horas depois da decisão do Hamas de aceitar o acordo de troca de reféns/prisioneiros”.

“Por quê?”, ele se indigna. “Porque matar palestinos é mais importante para o governo israelense do que salvar israelenses”. “Criminosos de guerra!”

Também o líder da oposição Yair Lapid exigiu de Netanyahu que envie imediatamente uma delegação ao Cairo para fechar o acordo.

De acordo com a Al Jazeera, pela proposta seriam três fases de acordo, cada uma com duração de 42 dias.

O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, instou Israel a aceitar o acordo de cessar-fogo em Gaza. Ele pediu que o governo de Israel e o Hamas “façam o esforço extra necessário para tornar um acordo [de cessar-fogo] realidade e acabar com o sofrimento atual [em Gaza]”, disse seu porta-voz.

“O secretário-geral está profundamente preocupado com as indicações de que uma operação militar em grande escala em Rafah pode ser iminente”, destacou Stéphane Dujarric. “O Secretário-Geral lembra às partes que a proteção dos civis é fundamental no direito humanitário internacional”, acrescentou.

O rei Abdullah II, da Jordânia, em encontro nessa segunda-feira com o presidente Biden, advertiu que uma operação israelense em Rafah pode causar um “novo massacre” na guerra na Faixa de Gaza.

Apesar de toda a pressão, vinda do mundo inteiro, contra a extensão do genocídio a Rafah, o governo Netanyahu se mantém intransigente em sua sanha genocida, com até seu principal cúmplice, o

governo Biden, advertindo que a situação pode sair do controle. Como já vem se verificando nas universidades dos EUA, onde a juventude passou a ver em Israel um Estado pária e, no presidente Biden, o “Joe Genocida”.

As tropas coloniais seguem pressionando pela imediata deportação de palestinos dos bairros de Rafah de Al Shoka, Al Salam, Al Jeneina, Tabbat Ziraa e Al Byouk. Imagens de satélite do dia anterior revelaram o envio de cerca de 300 veículos militares israelenses perto da fronteira com Rafah. O ministro israelense de extrema direita, Bezalel Smotrich segue pressionando por uma invasão imediata da cidade. O porta-voz militar Hagari asseverou que foram 50 os alvos dos bombardeios a Rafah desta segunda-feira.

“DESUMANA”

O chefe dos direitos humanos da ONU, Volker Türk, classificou como desumana a exigência de Israel de que os palestinos saiam de Rafah.

“Os habitantes de Gaza continuam sendo atingidos por bombas, doenças e até pela fome. E, hoje, disseram-lhes que devem se deslocar mais uma vez à medida que as operações militares israelenses em Rafah aumentam”, pontuou Türk em comunicado.

“Isto é desumano. É contrário aos princípios básicos da política internacional, leis humanitárias e de direitos humanos, que têm a proteção efetiva dos civis como a sua principal preocupação”, adicionou.

O ACORDO

Veja a íntegra da proposta de cessar-fogo em Gaza e troca de prisioneiros, que foi aceita pelo Hamas. O texto abaixo é um rascunho da tradução do texto árabe, que foi publicado pela Al-Jazeera.

A PROPOSTA

Princípios básicos para um acordo entre o lado israelense e o lado palestino em Gaza sobre a troca de detidos e prisioneiros entre os dois lados e o regresso de uma calma sustentável.

O acordo-quadro visa libertar todos os detidos israelenses na Faixa de Gaza, civis e soldados, vivos ou não, de todos os períodos e épocas em troca de um número acordado de prisioneiros nas prisões israelenses, e um regresso à calma sustentável a fim de alcançar um cessar-fogo permanente, a retirada das forças israelenses da Faixa de Gaza, a reconstrução e o levantamento do cerco.

O acordo-quadro consiste em 3 fases interligadas, a saber:

Primeira Etapa (42 dias)

A cessação temporária das operações militares mútuas entre as partes e a retirada das forças israelenses a leste e longe de áreas densamente povoadas para uma região ao longo da fronteira em todas as áreas da Faixa de Gaza (incluindo Wadi Gaza, eixo Netzarim e rotunda do Kuwait), conforme indicado abaixo:

Suspender os voos (militares e de reconhecimento) na Faixa de Gaza por 10 horas por dia, e por 12 horas nos dias de libertação de detidos e prisioneiros.

Regresso dos deslocados internos às suas áreas de residência, retirada de Wadi Gaza (eixo Netzarim e rotunda do Kuwait).

No terceiro dia (após a libertação de 3 detidos), as forças israelenses retiraram-se completamente da rua Al-Rasheed, no leste, para a rua Salah Al-Din, desmantelam completamente os locais e instalações militares nesta área, iniciam o regresso dos deslocados às suas áreas de residência (sem portar armas durante o seu regresso), a livre circulação dos residentes em todas as zonas da Faixa de Gaza, e a entrada de ajuda humanitária pela rua Al-Rashid desde o primeiro dia sem obstáculos.

Leia mais no site do HP

A criminologia dos bancos centrais “independentes”

A política que Clara Mattei chama de “austeridade” é uma velha conhecida nossa, desde a época em que Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, no primeiro governo da ditadura, tiraram o país do modelo nacional-desenvolvimentista e descarrilaram a economia (...)

CARLOS LOPES

Talvez a única restrição que se possa fazer ao livro de Clara Mattei esteja no título: é possível argumentar que não foram as políticas ditas “de austeridade” que abriram caminho para o fascismo, mas exatamente o fascismo que abriu o caminho para a “austeridade”. Se isso é evidente na Itália, de forma apesar de menos clara, também o é na Inglaterra – esse foi o papel da “independência” do Banco da Inglaterra. A independência do banco central, naquele país, foi (e é) um instrumento fascista, ou um elemento fascista, ainda que dentro de uma suposta democracia parlamentar (v. Clara E. Mattei, **A Ordem do Capital – como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo**, trad. Heci Regina Candiani, Boitempo, 2023).

A política que Clara Mattei chama de “austeridade” é uma velha conhecida nossa, desde a época em que Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, no primeiro governo da ditadura, tiraram o país do modelo nacional-desenvolvimentista e descarrilaram a economia, submergindo-a na dependência externa, às custas de arrocho salarial, redução do consumo, dinheiro caro (embora não tanto quanto atualmente), na tentativa de limpar o terreno – isto é, a economia brasileira – para os monopólios financeiros multinacionais.

Até hoje não saímos do modelo da ditadura, o que é registrado pela autora em sua nota à edição brasileira – mas o nosso país, uma economia subordinada ao imperialismo, não é o foco do livro. Os dois casos-modelo, que constituem o seu conteúdo histórico, são a Inglaterra e a Itália após a Primeira Guerra Mundial.

Depois daquele primeiro e sangrento conflito mundial, o capitalismo nos países centrais ameaçava, realmente, sair dos trilhos em que se mantivera de 1825, quando a Inglaterra estabeleceu o padrão-ouro, até 1914.

Especialmente durante os “anos vermelhos” que sucederam à guerra (1919-1920), essa era uma ameaça particularmente concreta.

Lembramos, aqui, que isso é tão verdade que a Rússia – um país imperialista, ainda que atrasado, imerso na guerra mundial – realizou a sua Revolução Socialista em 1917.

Foi por essa época que economistas reacionários de todo o mundo se reuniram nas conferências de Bruxelas (1920) e Gênova (1922). O objetivo era fazer o capitalismo voltar ao que era antes da guerra, pois esta evidenciou para as massas, especialmente para a classe operária, que o “mercado” era incapaz de resolver os problemas suscitados pelo conflito – e pelas necessidades das próprias massas.

Assim, durante a guerra, fora necessária uma tremenda intervenção do Estado – inclusive a estatização de alguns setores estratégicos, tanto na Inglaterra quanto na Itália, e, de verdade, algum aumento nos salários, com o consequente aumento do consumo popular.

Agora, para a grande burguesia imperialista – e seus ideólogos, economistas – era preciso “produzir mais, consumir menos”, ou seja, “aumentar a produção” e “diminuir os gastos”, o que implicava, evidentemente, em um corte nos salários.

O lema geral dessa política “de austeridade” (“produzir mais, consumir menos”), lembra um trecho de **A Nova Economia Brasileira**, livro de Mario Henrique Simonsen e Roberto de Oliveira Campos, aparecido em 1974, em que os autores recomendam que o povo brasileiro consuma menos proteínas, para que essas possam ser exportadas.

Mas é normal – aliás, é corriqueiro – que áulicos internos repitam indignamente os seus donos externos.

Voltemos ao livro de Clara Mattei. O principal ideólogo dessa política “de austeridade” na Inglaterra foi um economista do Tesouro chamado Ralph Hawtrey, secundado por dois funcionários, também do Tesouro (e depois do Banco da Inglaterra), Basil Blackett e Otto Niemeyer (de quem alguns leitores, interessados na literatura econômica e histórica, devem lembrar, pois foi um banqueiro que chefiou uma malfadada missão econômica ao Brasil, no início do governo Getúlio, em 1931).

Nenhum deles tinha – ou teve, jamais – qualquer cargo eletivo. Pelo contrário, toda a sua tônica estava em estabelecer um sistema “tecnocrático”, isto é, antidemocrático, que não estivesse submetido ao escrutínio direto do povo, nem ao parlamento, nem ao governo da Inglaterra. Ou seja, um sistema que não precisasse nunca, jamais, de cargos eletivos para mandar no país, isto é, determinar a sua política econômica.

Essa era (como ainda é) a função do “banco central independente”. Nesse sentido, trata-se, como dissemos, de um instrumento fascista, ditatorial.

O objetivo disso, evidentemente, era (e é) submeter a classe operária, ditatorialmente, a um grau inédito – pelo menos desde antes da guerra – de exploração. Mas os ideólogos do Tesouro passavam isso como algo acima (ou fora) das classes, ou seja, as decisões econômicas seriam “decisões técnicas”, “decisões neutras”.

Nas palavras da autora: “... parte da construção de consenso e coerção em torno da austeridade baseava-se em eliminar da teoria econômica a consciência de classe, mesmo que isso intimidasse certas classes. Sob uma observação mais atenta, essas teorias econômicas reintroduzem as diferenças de classe pela porta dos fundos ao compreender que nem todos os consumidores são igualmente virtuosos. Para os especialistas, o consumidor improdutivo, ou seja, o trabalhador, que precisava ser controlado, ao passo que o consumidor produtivo, ou seja, o credor/investidor, devia ser recompensado. As medidas de austeridade imaginadas pelos especialistas eram, portanto, um instrumento essencial de redistribuição forçada favorável aos poupadores-investidores e contra a classe trabalhadora de baixa renda e baixa poupança. Essa era a receita para a estabilização monetária: aumentar o capital privado e normalizar as relações assalariadas” (Clara Mattei, **op. cit.**, p. 229).

Esse “modelo” significava uma violenta repressão sobre a população britânica, para que a maioria esmagadora fosse obrigada a se sacrificar, em prol de uma pequena minoria.

Entretanto, isso foi efetuado dentro de uma suposta democracia parlamentar – isto é, sem o estabelecimento, como na Itália, de um regime fascista.

Como? Outro trecho do livro de Clara Mattei é esclarecedor sobre essa questão: “... o enraizamento de Hawtrey na luta de classes é revelado por seu silêncio preconcebido de classe e sua solução nitidamente tecnocrática (antidemocrática) para a crise. Um programa desse tipo, mais bem representado pela prescrição, por Hawtrey, da independência dos bancos centrais (ou seja, que eles estivessem livres de pressões democráticas), logo se tornou um estratégia comum do *establishment* britânico” (p. 230).

A maior ameaça, para Hawtrey, estava na inflação. E a causa da inflação eram os gastos do povo,



Clara Mattei, autora de "A Ordem do Capital - como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo"



dora (...) veio com a extinção do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, em abril de 1923 – um golpe para todos os trabalhadores italianos que pouco antes ganharam uma batalha de vinte anos pela criação do órgão” (p. 317).

Com a repressão, os gastos sociais foram forçados a descer durante todo o governo fascista, ao mesmo tempo que “o montante que o Estado gastou em dívidas e pagamentos de juros foi mais que o dobro do valor gasto em programas sociais e continuou a crescer durante toda a década de 1920 e a maior parte da década de 1930” (p. 317).

Isso era acompanhado pela ideologia de que o Estado é sempre um administrador econômico incompetente, não importa quem esteja à sua cabeça. Sem entrar no argumento específico dos fascistas – que está exposto no livro de Clara Mattei – isso não era diferente do *crowding-out* britânico. Assim, a necessidade de privatizar era porque as classes poupadoras-investidoras estavam sendo “expulsas” da economia pela propriedade estatal.

Logo, era necessário um amplo processo de privatização. Como consequência, os trabalhadores seriam submetidos à disciplina do “mercado”.

Mas a privatização não era suficiente. Por isso, Mussolini decretou uma legislação repressiva, fascista, da qual o principal exemplar é a famosa *Carta del Lavoro*, de 1927. O peculiar é que os mesmos economistas que eram contra a intervenção do Estado, agora estavam a favor desta intervenção do Estado.

“O Estado fascista aprovou leis trabalhistas coercitivas que reduziram os salários e proibiram os sindicatos, saindo em defesa das verdadeiras leis econômicas. O paradoxo aqui é gritante: os economistas, tão inflexíveis ao proteger o livre mercado contra o Estado, tinham poucos problemas com a intervenção do Estado no mercado de trabalho” (p. 324).

Com isso, o governo de Mussolini conseguiu um corte estúpido nos salários – afinal, era este o objetivo da sua ditadura.

Mas, outra vez, aparece a mesma pergunta que fizemos em relação à Inglaterra: como vender mercadorias com um mercado interno tão achatado?

A resposta é a mesma: “... os economistas italianos apostavam na demanda externa para produtos italianos baratos” (p. 332).

Não achamos necessário dissertar sobre os pressupostos de classe dessa política. A ditadura de Mussolini é, por si só, eloquente nesse sentido – inclusive o seu fim, durante a Segunda Guerra Mundial.

Mas a conclusão geral da autora merece ser reproduzida:

“A teoria econômica – seja a economia hawtreiana ou a economia pura [dos fascistas italianos] – proporcionou consenso para políticas coercitivas, disfarçando-as como benéficas para a sociedade em geral. (...) nossos especialistas ocultaram as relações de dominação por trás de princípios econômicos abstratos apenas para reforçar essas relações de dominação por meio de políticas de austeridade” (p. 339).

O pior é que eles – os supostos “especialistas” – continuaram e continuam fazendo isso. Nem mesmo estamos nos referindo à política econômica da ditadura, mas à situação atual do Brasil.

Sobre isso, nada mais emblemático, nada mais distintivo, que a situação do Banco Central, “independente” do povo, do governo e do parlamento, mas inteiramente dependente da canalha financeira, sobretudo a externa.

[Este artigo é uma homenagem a Cláudio Campos, fundador do HP, que faria aniversário no dia 5 de maio. Agradecemos, também, a Werner Rempel, sem o estímulo do qual dificilmente chegaríamos ao seu final.]

especialmente da classe operária. Por isso, era necessário reduzir o crédito (e o salário) dessas classes, diminuindo o consumo, que era um produto da indisciplina das massas: “O problema não era a expansão do crédito *em si*, mas o aumento do *consumo* que dela resultava e que impulsionava um novo aumento do crédito” (p. 244).

O objetivo da política econômica, portanto, era impor o sacrifício (isto é, a abstinência) aos trabalhadores. Enquanto isso, nada semelhante era imposto aos monopólios financeiros, isto é, à burguesia imperialista:

“Entre 1921 e 1932, o maior item do orçamento (...) foram os juros da dívida, o que significava que a nação estava transferindo a receita tributária para os detentores da dívida nacional – a parcela da comunidade que, de acordo com nossos tecnocratas, estava mais ‘inclinada’ a poupar e, assim, a investir” (p. 254).

Mas isso significava uma brutal extração de recursos do povo em prol da acumulação de capital, através do Estado.

As outras medidas complementavam esse quadro:

- menos impostos sobre os mais ricos;
- cortes nos gastos públicos, sobretudo nos gastos sociais;
- privatizações;
- demissão de servidores;

Tudo isso era fundamentado pelo famoso *crowding-out*, que somente seria desmoralizado na década posterior. A essência dessa falácia, especialmente cultivada pelo Tesouro inglês, é que os gastos do governo **obstruem** os gastos privados. Ou, sob outra forma, que o governo desvia a poupança privada, ao gastar dinheiro que, normalmente, seria investido em empresas privadas.

O argumento seria exumado pelo sr. Mantega no início do governo Rousseff – mais uma vez, com pífio resultado.

No entanto, é preciso não se perder nesse labirinto. Existe um fio de Ariadne que é preciso seguir: tal como na ditadura aqui no Brasil, o arrocho salarial era (e ainda é) a sustentação da política “de austeridade”.

Em suma, era necessário cortar o consumo (através da redução de crédito ocasionada pelos juros altos) e cortar salários. Com isso, a procura interna seria reduzida, assim como os preços, e haveria uma baixa nos custos de produção, com maior competitividade – com evidente aumento dos lucros.

Nessa política, os juros altos tinham uma função precípua: aumentar o desemprego e diminuir a renda dos consumidores.

Mas, o leitor pode perguntar: com tal contração do mercado interno, onde a burguesia inglesa pretendia vender suas mercadorias? A resposta é: no mesmo lugar onde os gênios econômicos da ditadura pretendiam vender

as nossas, com a diferença de que somos um país subordinado. Nas palavras de Clara Mattei:

“Se o povo britânico se abstivesse, de onde viria a demanda por mercadorias britânicas? (...) Nesse quadro, as exportações deveriam ser ao mesmo tempo o motor do crescimento econômico e a chave para um virtuoso balanço de pagamentos” (p. 275).

E já que estamos aqui, terminaremos essa parte sobre a Inglaterra com duas citações do livro que estamos examinando. A primeira tem um conteúdo que o leitor deste artigo já conhece – entretanto, pelo seu poder de síntese, resolvemos reproduzi-la.

“... a austeridade foi um projeto antidemocrático e fundamentalmente repressivo emergindo de uma época de reivindicações democráticas sem precedentes” (p. 281).

“Como organismo privado, (...) o Banco da Inglaterra era ‘livre’ para infligir austeridade sem nunca ter de ‘explicar’, ‘se arrepende’ ou ‘se desculpar’. Nesse sentido, verifica-se que não havia nada mais político que a missão tecnocrática de despolitização” (p. 282).

Vamos agora, rapidamente, pois não é preciso muito depois do que já vimos, à Itália.

Nenhum país da Europa, com exceção da Rússia, esteve tão próximo, após a Primeira Guerra, de transitar para o socialismo, quanto a Itália.

Os precedentes para esse estado de coisas estão no maximalismo italiano, a única tendência socialista, além dos bolcheviques, que foi contra a guerra imperialista.

No pós-guerra, as ocupações de fábrica – sobretudo em Turim, mas não apenas nesta cidade industrial – foram dirigidas pelo legendário grupo *L'Ordine Nuovo* (nome do jornal que reunia, antes da fundação do Partido Comunista da Itália, Palmiro Togliatti, Antonio Gramsci, Umberto Terracini, Battista Santhià e Angelo Tasca).

Aqui, bastam apenas algumas breves observações sobre a Itália, pois é evidente que a “austeridade” naquele país foi implantada sem sutilezas, isto é, a ferro e a fogo, pela prisão e pela tortura, e também pelo assassinato.

Mussolini dispôs de cinco economistas para realizar o seu projeto econômico. Dois (Alberto de Stefani e Maffeo Pantaleoni) eram aberta e fanaticamente fascistas. Outros dois (Luigi Einaudi, depois presidente da Itália, e Umberto Ricci), se diziam liberais, mas não se distinguiram ideologicamente, durante a ditadura de Mussolini, dos fascistas.

Havia um quinto, que era o patrono desses, mas que vivia na Suíça: o notório Vilfredo Pareto, um mussolinista que morreu em 1923.

Hoje, existe quem tenha uma visão (ou uma concepção) populacheira do fascismo, em especial do fascismo de Mussolini.

Nada mais longe da verdade.

Essa quadrilha era profundamente elitista, a tal ponto de considerar que “a população (...) era ignorante quanto às verdades econômicas, portanto agia contra os próprios interesses” (p. 296).

Ou, senão: “Ser pobre ou da classe trabalhadora era uma escolha e uma patologia” (p. 303).

Não nos estenderemos sobre as medidas “de austeridade”, pois elas apresentam pouca diferença em relação à Inglaterra. Notemos, apenas, que na Itália fascista o banco central não era – e nunca foi – **formalmente** “independente”. Mas isso pouca diferença fez. Como no Brasil da época em que o degenerado sr. Meirelles encabeçava o BC, ele funcionava como se fosse “independente”, mesmo com os protestos mais veementes do vice-presidente da República, o grande José Alencar. Também na época de Mussolini, era assim. O fato de não existir “independência **formal**” – como existia na Inglaterra – era perfeitamente secundário, e, mesmo, desprezível.

Ao invés de nos deter nos fundamentos farsescos – e, no fundo, insignificantes –, vejamos o que as medidas “de austeridade” realmente significaram: “O novo princípio tributário foi rotulado como *produtivista*. Priorizava a acumulação de riqueza acima de qualquer ‘objetivo de justiça social ou de redistribuição mais igualitária da riqueza’. A lógica redistributiva era inerentemente classista (e semelhante ao sistema britânico): ao tributar, o Estado coletava recursos de toda a comunidade e depois usava essa receita para pagar os detentores de títulos estatais, ou seja, as classes credoras da sociedade” (p. 313).

Sobre os salários:

“... De Stefani [que era ministro de Mussolini] de fato conseguiu restringir salários. Além disso, para extrair ainda mais (e em silêncio) os recursos dos membros mais pobres da sociedade, o governo fascista aumentou constantemente os impostos sobre o consumo ao longo da década” (p. 313-314).

Ao mesmo tempo, um corte cavalgar nos gastos do governo: “Juntamente com a tributação, a redução dos gastos públicos foi fundamental para transferir recursos do consumo público para o investimento do capital privado” (p. 315).

Como é possível que Mussolini – e seus acólitos econômicos e políticos – tenham conseguido isso, em cima de uma população que, poucos anos antes, estava à beira da revolução socialista?

Através da repressão, pura, simples e feroz, com o desmantelamento do Estado. É aqui onde as lendas sobre o fascismo se mostram mais mentirosas.

Em 1923, apenas um ano após ter tomado o poder, foi desencadeada uma catástrofe:

“Uma torrente final e devastada